



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0678/15	DATA: 21/05/2015	
LOCAL: Plenário 15 das Comissões	INÍCIO: 11h04min	TÉRMINO: 14h32min	PÁGINAS: 76

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

NILMA LINO GOMES - Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

SUMÁRIO

Debate sobre a violência contra jovens negros e pobres.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve falha na gravação.
Há orador não identificado.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Declaro abertos os nossos trabalhos. Um bom dia a todos! Já está conosco aqui à mesa a Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Nilma Lino Gomes, Com muita alegria, queremos agradecer a V.Exa. pela presença aqui conosco.

A SRA. MINISTRA NILMA LINO GOMES - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Também quero registrar a presença do Líder do meu partido, Deputado Sibá Machado. Obrigado a V.Exa. por estar presente aqui.

Convido a nossa Relatora, Deputada Rosangela Gomes, para sentar conosco aqui à Mesa.

Quero pedir desculpas pelo atraso. Na Casa, nós estamos com várias Comissões Especiais funcionando, projetos. Então, temos prioridade nas terças e estamos com dificuldade nas quintas. Acabamos atrasando um pouco a nossa audiência de hoje. Eu também quero pedir desculpas à Ministra Nilma pelo atraso. O convite era para uma audiência que começaria às 10 horas, mas acabou havendo um atraso.

Esta audiência é resultado da aprovação do Requerimento nº 65, de 2015, de minha autoria. Informo que esta audiência pública está sendo transmitida pelo portal e-Democracia, um importante instrumento para democratizar a participação da sociedade durante os trabalhos desta CPI, que é o www.edemocracia.camara.leg.br. Informo que, durante a fala da convidada, não haverá apartes.

Antes de passar a palavra para a nossa Ministra, também quero registrar aqui a presença de um ilustre conterrâneo que luta por essa causa, meu amigo Flávio Renegado — muito obrigado pela presença, Flávio —, e também a presença do Jefferson, Secretário Nacional de Juventude.

Nós traçamos um roteiro de trabalho, começamos pelo diagnóstico. Aqui nós já ouvimos o Prof. Julio Jacobo, autor do Mapa da Violência, e também o IPEA, para entender um pouco os impactos sociais e econômicos da violência no País e também o volume de recursos que o Brasil coloca na segurança pública nesse tema.

Deputado Sibá Machado, nós gastamos 258 bilhões de reais com a segurança pública no Brasil, mais do que gastamos com saúde e educação.



Gastamos 110 bilhões com a saúde; 130 bilhões, com a educação; 258 bilhões, com segurança pública.

Estou colocando isso, porque o debate sempre é sobre a necessidade de mais recursos e de mais investimentos. Mas os resultados são lastimáveis, apesar de tantos investimentos, e cada vez mais uma segurança pública, pelos indicadores, com uma concepção muito seletiva, às vezes com uma abordagem preconceituosa e que tem foco em uma segurança pública mais de crimes contra o patrimônio do que para apurar crime contra a vida. Ou seja, a população carcerária brasileira, que dobra de tamanho a cada 10 anos, tem 70% de jovens e negros, e, na composição dessa população carcerária, 50% é crime patrimonial e 30%, usuários de drogas. Crimes contra a vida não chegam a 10%.

Várias entidades que estiveram aqui de todas as polícias falaram que há uma prioridade na segurança pública. Qual é essa prioridade? Esse também é um pouco do debate.

Agora, nós estamos na segunda fase. Vamos ouvir os Ministérios que têm responsabilidade pela implantação do programa Juventude Viva. Por que queremos ouvir os Ministérios? São 11 Ministérios. Porque nós queremos, de fato, ao término desta CPI, apresentar um plano nacional de enfrentamento ao homicídio e às violações de direitos no Brasil. Nós queremos apresentar um plano decenal. Então, é fundamental que os Ministérios falem um pouco da nova fase do Juventude Viva. A ideia é que a gente possa transformar essa questão em numa política do Estado brasileiro e não em uma política só do Governo da Presidenta Dilma.

Além de fazer o plano nacional, depois da visita a Maceió, comandada pelo Deputado Paulão, começou a amadurecer a ideia de debatermos, com todos os Poderes, com todos os entes da Federação, a possibilidade de transformarmos esse plano nacional em um pacto republicano no País. A ideia é fazer um pacto republicano para enfrentar esses indicadores, indicadores esses sobre os quais nós nem precisamos falar aqui.

O Brasil é um país que tem homicídio acima de 10%, número considerado pela ONU como guerra civil. O Brasil mata 29 a cada 100 mil, e, quando se faz um recorte na população jovem, o número de mortes chega a 58,9 da juventude. Então, nós temos o dever de reverter esse quadro e de nos prevenir contra esses



homicídios, que têm idade: jovens de 15 a 24 anos; têm cor: negros, 80%; e têm gênero: homens, 93%. Já existe um estudo que mostra um vazio demográfico, devido a tantos homicídios da população jovem e do sexo masculino.

Em 30 anos, Ministra, no Brasil, foram assassinadas 2 milhões e 400 mil pessoas. É uma população do Uruguai! Em 30 anos, 1 milhão e 200 mil, de acordo com o Mapa da Violência, por homicídio; 950 mil, por trânsito. Nesses 950 mil, que hoje são jovens pobres, negros, há muitos mototaxistas, motofretistas, e 205 mil, por suicídio. Esses indicadores são estarrecedores. Um absurdo! Nós precisamos reagir. O Estado brasileiro, um Estado democrático, um Estado em processo de construção de um Estado civilizatório, precisa reverter esses indicadores.

Também surge nesta Comissão — como convergência, ainda não temos nenhum relatório — e também percebemos, a partir de estudos do PRONASCI — Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, que não dá para não mexer na Constituição brasileira. O tema segurança pública não pode mais ser privatizado, como se fosse um tema só de pessoas que trabalham com a segurança pública, tanto que, quando a gente vai fazer um debate, Deputado Sibá Machado, há um tensionamento, porque as pessoas que são das forças de segurança pública se acham donas desse tema e não querem ouvir o diferente. Nós precisamos convergir. Quem recebe a segurança pública lá na ponta é o cidadão. Então, como acontece na saúde, em que o cidadão participa, através dos conselhos; como acontece na educação, em que todo cidadão tem uma opinião, e na assistência social, também, chegou a hora de, nas políticas, no conceito, na concepção sobre segurança pública, o cidadão participar dessa elaboração.

A ideia é apresentar uma emenda à Constituição, propondo um novo pacto federativo sobre segurança pública, um sistema compartilhado de responsabilidade. É inaceitável que uma cidade como Maceió tenha 323 homicídios para cada 100 mil habitantes. Esse é o indicador de uma cidade! E a população de Maceió não participa do debate da elaboração de uma segurança pública. Então, a ideia é fazer essa mudança constitucional e ir fazendo um regime compartilhado de responsabilidade da União e dos Municípios, não apenas como uma obrigação constitucional dos Estados.



Mais do que isso, também, é evidente que é preciso buscar mecanismos de controle e de participação da sociedade civil. Nós vamos fazer um pacto republicano pela prevenção e pela redução dos homicídios no Brasil. Eu acho que, nos próximos 10 anos, o Brasil tinha que ter uma taxa de homicídios zero, o que seria o ideal, pelo menos inferior a 10. Acho que o Brasil tem que dar conta, nesses próximos 10 anos, dessa meta. Nós precisamos obrigar os Estados e todos os Municípios a construir suas estratégias, democraticamente, com participação da sociedade. Na nossa opinião, nós temos que fazer isso via emenda à Constituição.

Eu estou falando isso aqui baseado no pouco do que temos debatido e percorrido os Estados. Também, é evidente que essa opinião é um amadurecimento coletivo. Aqui, ninguém é proprietário, intelectualmente, dessas concepções. São mais convergências. Depois de mais de uma dezena de audiências nesta CPI, eu acho que a gente começa a construir essas convergências.

Eu fiz essa introdução aqui para sinalizar que, nessa nova etapa da CPI, a Comissão quer ter a contribuição dos Ministros da Presidenta Dilma, porque nós queremos contribuir na elaboração desse plano nacional de enfrentamento ao homicídio, ajudando, divulgando, fazendo nova pactuação republicana, para que, nos próximos 10 anos, nós tenhamos resultados. Nós também temos que ser críticos. Até agora o plano inicial da Juventude Viva não trouxe nenhum resultado. Nós precisamos repensar a nova fase do Juventude Viva. É isso.

Eu passo a palavra para a Relatora fazer sua saudação inicial, depois, vamos iniciar a nossa audiência pública. Muito obrigado pela presença a todos os Deputados e Deputadas desta Comissão e aos nossos convidados.

A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES - Bom dia a todos e todas! Quero cumprimentar a Ministra Nilma, o nosso Presidente, os Deputados aqui presentes, o Líder do Governo, Deputado Sibá Machado, o Deputado Daniel, o Deputado Paulão.

É uma satisfação tê-la conosco, Ministra, nesta Casa e nesta Comissão. Queria apenas fazer uma breve saudação. O nosso Presidente foi bastante objetivo e discorreu muito bem sobre o nosso trabalho, desde o primeiro dia de funcionamento desta CPI até os dias de hoje. Aprovamos nesta Casa um plano de trabalho, plano esse que estamos cumprindo à risca — não é Presidente? —, ainda



que tenhamos que trabalhar aos domingos — o Presidente está bem animado, agora quer trabalhar às quartas e às sextas também —, para que possamos dar conta de todo o plano que nós aprovamos, com todas as metas e diretrizes que traçamos para esta CPI.

A nossa responsabilidade é ouvir atentamente. Eu já tive a oportunidade de sentar com a Ministra e conversar com ela sobre o que eu penso de segurança pública, que é um tema que traduz a realidade dos nossos jovens em todos os Estados da Federação. É um tema bastante importante, que vai além do homicídio de jovens negros e pobres. Esse tema mexe na estrutura do nosso País, desde a formação de família até, infelizmente, o dia do óbito do jovem.

Na verdade, nessa fase, juntamente com o Presidente, quero ouvir a cada Ministro que se propõe a vir, através de convites, a esta CPI, e esgotar tudo o que pudermos, para que possamos fazer um relatório construtivo e, aí sim, no final desse relatório, aprovado nesta Comissão e, depois, no plenário, possamos, com a nossa Presidenta, que é a chefe do Executivo, pedir a implementação desse pacto, que o Deputado Reginaldo tão bem colocou aqui, de enfrentamento, para diminuirmos a desigualdade que existe no nosso País, desigualdade essa que não vem de agora.

Então, quero parabenizar V.Exa., Sra. Ministra, pela sua vinda aqui. Só queria mesmo fazer essa consideração. Estou ansiosa para ouvi-la e, em seguida, fazer as nossas ponderações.

Muito bom dia e seja bem-vinda!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Rosângela Gomes.

Nós também convidamos aqui representantes de 12 Estados, Comandantes da Polícia Militar e da Polícia Civil, Secretários Estaduais de Segurança, os seis das cidades com maiores números de homicídios e os seis das cidades com menores números de homicídios. Nós queremos conhecer o modelo de policiamento, quais os casos de sucesso e insucesso e também o modelo de segurança pública.

Também vamos fazer um debate sobre todo o processo penal no Brasil, porque o nosso processo é desde a época da Coroa. Nós queremos discutir desde a cena do crime até o julgamento e a condenação, porque um dos problemas é a



impunidade e a não prioridade na questão da elucidação dos casos de crime contra a vida.

E, por último, vamos ouvir a Corregedoria, a Ouvidoria, perícia, conselho, participação, transparência, como nós vamos criar esses órgãos de controle externo nesse tema de segurança pública. É este o nosso roteiro.

Nós estamos iniciando a segunda etapa, que é ouvir os Ministros que têm alguma política finalística sob o ponto de vista da prevenção, da segurança pública no País na questão dos homicídios.

Muito obrigado pela presença.

Passo a palavra à Ministra Nilma Lino Gomes.

A SRA NILMA LINO GOMES - Obrigada. Bom dia a todos e a todas! A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial — SEPPIR agradece pelo convite para participar e contribuir com esta CPI e com o debate que ela tem realizado. Na realidade, a SEPPIR está participando, Deputado Reginaldo, desde o início desta Comissão. Esse é um tema que nos interessa e que diz respeito à nossa missão institucional, não só como Governo, mas também como uma secretaria do Governo, um Ministério, que tem como objetivo conduzir, discutir e disseminar políticas de promoção da igualdade racial no nosso País.

Eu também quero cumprimentar o Deputado Reginaldo Lopes, que é o Presidente desta Comissão; a Deputada Rosangela Gomes, que é a nossa Relatora, por essa missão desafiadora que ambos têm, assim como os outros Deputados e Deputadas que fazem parte da CPI. Cumprimento, também, o Líder Sibá Machado pelo seu trabalho aqui na Câmara, trabalho esse que nós temos acompanhado.

Eu também não estou sozinha. Eu sempre gosto de falar que uma gestão não se constrói sozinha. A SEPPIR tem muitos atores, políticos e sujeitos sociais, que participam, junto conosco, da gestão e que fazem o trabalho do nosso Ministério avançar. Aqui ao meu lado está o Lindivaldo Júnior, que trabalha na nossa Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas — SPAA, me dando apoio; o Artur, que é o nosso Assessor Parlamentar, a quem os senhores e as senhoras já conhecem; à minha direita, está o nosso Ouvidor, Carlos Alberto, que trabalha conosco e também acompanha os nossos trabalhos. Estão aqui a Lilian, que faz parte da nossa Assessoria Parlamentar, e a Camila, que é a nossa jornalista e faz parte da nossa



Assessoria de Comunicação. Acho que falei de todos da SEPPIR, não falei? Então, está bem. Isso, só para os senhores e as senhoras saberem que nós estamos aqui em equipe.

Eu penso que esse tema que a CPI, corajosamente, enfrenta hoje tornou-se uma questão nacional. Há tempos, o Movimento Negro denunciava, falava, alertava a sociedade brasileira para o índice de mortalidade dos nossos jovens e destacava que, dentro desse índice, os jovens negros, sobretudo os jovens do sexo masculino, estavam mais expostos à situação de violência e também à vulnerabilidade. Esse discurso e essa denúncia do Movimento Negro, denúncia essa que já é histórica no nosso País, nem sempre encontravam ressonância nos diversos setores da nossa sociedade, até mesmo dentro do Governo. E foi muito importante, porque este Governo, começando com o Presidente Lula e agora com a Presidenta Dilma, reconheceu essa situação e começou a dar voz a esses jovens e adolescentes, começou a estimular políticas e diagnósticos dessa situação. E esses diagnósticos são muito importantes para, porque são diagnósticos oficiais que nos ajudam a pensar quais serão as iniciativas que nós temos, como país, que construir para preservar a vida dos nossos jovens, e também quais políticas públicas, por esses diagnósticos, pelos indicadores que temos, precisam ser construídas, em uma articulação da União com os demais entes federados.

Eu considero, senhoras e senhores, que este é um momento muito importante no Brasil. É um momento em que daqui para frente nós temos que dar passos mais ousados, mais firmes, compartilhados e articulados, porque é uma questão multicausal. Não é só um ator político ou só uma instância da sociedade brasileira que é responsável por ela, mas somos todos nós. Aqui, nesta sala, todos nós, adultos e adultas, somos responsáveis pelo futuro dos nossos jovens. No Brasil, todos os adultos e todas as adultas são responsáveis pela vida e pela formação dos nossos jovens. A pergunta é: que juventude é essa que o mundo adulto tem ajudado a construir? Que juventude é essa que o mundo adulto tem participado, contribuído e, inclusive, sido referência para que esses jovens, que estão no processo de construção de suas vidas, de suas cidadanias, possam, no futuro, se tornar adultos que vivam todos os direitos de cidadania e que também se tornem e se sintam



responsáveis pelos outros que virão, para construção de uma sociedade democrática. Então, consolidar a nossa democracia sempre será um desafio.

Nós sabemos que ainda somos uma jovem democracia. Existem democracias muito mais antigas do que a nossa. Este é um momento propício, inclusive para avaliarmos as várias situações de problemas, de complexidade que afetam a população brasileira e tomarmos providências e caminhos na superação desse quadro.

E é isso que o Governo Federal vem enfrentando com o Plano Juventude Viva, que é um plano — e vou falar sobre ele agora para as senhoras e os senhores — que visa a prevenção, e que nós construamos práticas de prevenção para que os nossos jovens não sofram mais a situação de violência que incide sobre eles neste momento.

A ideia é que ele seja um plano de prevenção, e essa primeira fase do Plano Juventude Viva tem nos alertado pra um segundo momento agora, que é como nós vamos construir, dentro do Juventude Viva, em articulação com os entes federados, ações e políticas para a redução da mortalidade juvenil.

Então, nós estamos exatamente neste momento, Deputados e Deputadas, de rediscutir o Plano. As equipes da Secretaria Nacional da Juventude, que faz parte da Secretaria-Geral, e da SEPPIR estão discutindo como será essa segunda fase, esse redesenho do Plano Juventude Viva.

Aqui eu vou apresentar para as senhoras e os senhores o desenho atual em curso, e, agora, na segunda fase, brevemente poderemos voltar aqui e apresentar qual é o redesenho do Plano Juventude Viva.

Eu queria cumprimentar a Deputada Benedita da Silva, que chegou aqui, que é pra nós mulheres negras um exemplo. E, em nome da Deputada Benedita da Silva, cumprimento todas e todos os Deputados nesta sala e demais autoridades.

Vou começar minha exposição, e vou ficar de pé pra ficar mais fácil pra que eu possa... Onde posso ficar, Deputado, aqui neste cantinho? Vamos ver.

Não poderia começar esta exposição sem falar para as senhoras e os senhores um pouco da SEPPIR, que é essa Secretaria com *status* de Ministério do Governo Federal, que é fruto, como eu já apresentei aqui, nesta Casa, há pouco



tempo na Comissão Geral, no dia 14 de maio, de lutas sociais, lutas históricas do movimento negro em prol da superação do racismo na sociedade.

Gosto sempre de destacar isso, porque, quando o Governo Federal reconhece que essas lutas históricas do movimento negro denunciavam e falavam de situações no nosso País que precisavam ser enfrentadas, e uma delas é o racismo, quando o Governo entende isso no diálogo com os movimentos sociais, a SEPPIR, então, é construída.

Mas há também uma dimensão que não é só nacional. A criação da SEPPIR tem uma dimensão que é internacional. Por isso, quero destacar a Conferência de Durban, em 2001. A Conferência de Durban, que foi feita na África do Sul, uma Conferência da ONU, que tem como intenção reunir vários Estados para discutir as situações de preconceito, racismo, discriminação racial, xenofobia, etc., foi acompanhada, como sempre, das pré-conferências.

Nessas pré-conferências, uma grande articulação do movimento social se organizou para ir à conferência na África do Sul. O movimento negro foi um dos movimentos sociais muito ativo e muito participativo em Durban. Também do Governo foram diplomatas representando o Estado, Ministério.

A Conferência de Durban é muito importante. Por quê? Porque, como resultado dessa Conferência, o Brasil é signatário, tornou-se signatário do Plano de Ação de Durban. E, nesse Plano de Ação de Durban, os vários Estados que ali foram signatários, junto com o Brasil, comprometeram-se a desenvolver políticas públicas para superação do racismo, da discriminação racial e do preconceito.

Eu gosto de destacar isso, porque a existência da SEPPIR, hoje no Brasil, nem sempre as pessoas sabem que ela faz parte de um compromisso internacional, que nós, Estado brasileiro, assumimos. E nada melhor do que dar um espaço de poder e de capacidade de articulação para um órgão público que possa coordenar essas ações, coordenar uma política de promoção da igualdade no nosso País.

Assim é o nosso surgimento. E nosso surgimento, nossa criação, melhor dizendo, no dia 21 de março de 2003, como todos sabem, é um dia muito significativo na luta internacional para a eliminação do racismo. É esse o nosso dia, e nós fomos criados e regulamentados, através da Lei nº 10.678, de 2003. Foi um ato do ex-Presidente Lula, em consonância com isso, que já era um compromisso



internacional do Brasil e com o diálogo com os movimentos sociais. Hoje, a Presidenta Dilma dá continuidade a esse compromisso com os movimentos sociais e com a sociedade brasileira.

Aqui trago para as senhoras e os senhores quais serão, quais são efetivamente — não serão, nós já estamos trabalhando, não é isso, Júnior? — os eixos prioritários dessa gestão da SEPPIR. A SEPPIR completou 12 anos, e nós elegemos para essa gestão, de 2015 a 2018, quatro eixos prioritários, o que não significa que outros que não estão aqui não serão da ação da SEPPIR.

Como os senhores e as senhoras podem ver, a juventude negra é o nosso primeiro eixo prioritário. Então, faz todo o sentido a SEPPIR estar aqui e acompanhar esta CPI.

Nós temos destacado que o nosso objetivo é, além de participar das questões ligadas à mortalidade da juventude negra, também conseguirmos com parcerias, com diferentes parceiros, pensar ações e programas para a nossa juventude que está viva. Nós temos que cuidar da juventude pra que ela não morra, sobretudo a juventude negra, e nós temos também que construir ações pra juventude que está lutando para viver. Então, esse é um aspecto.

O outro eixo da nossa gestão são as políticas de ações afirmativas. Todo o mundo sabe que, a partir dos anos 2000, o Brasil começa uma discussão muito efervescente capitaneada pelo movimento negro, que é a discussão das ações afirmativas da necessidade dessas políticas. E por que a necessidade dessas políticas? Porque os próprios dados oficiais do Brasil, e aí eu cito a pesquisa do IPEA, de 1999 e 2000, sobre a questão das desigualdades sociais e raciais, pesquisa essa que foi levada para Durban e que ajudou ainda mais o Brasil a se comprometer na luta pela superação do racismo.

As ações afirmativas surgem de uma luta e do debate do movimento social negro que cobra do Estado que não somente ações pontuais ou ações lideradas pelo movimento seriam aquelas que nos ajudariam a combater e a enfrentar esse fenômeno, mas que era importante também que o Estado brasileiro se comprometesse.

Então, muitas vezes as pessoas que ainda têm algumas dúvidas sobre a questão das ações afirmativas, embora eu creia que hoje o Brasil está entendendo



melhor, incorporando melhor, as necessidades dessas políticas, nem sempre as pessoas sabem que essas políticas também fazem parte do nosso compromisso internacional em Durban.

Uma das questões fortes do Plano de Ação de Durban é que aqueles Estados signatários se comprometeriam a desenvolver políticas de ações afirmativas como forma de superação do racismo, da discriminação racial.

Quando o Brasil, a partir dos anos 2000, começa a fazer uma discussão mais contundente sobre as ações afirmativas que hoje nos levam a ter, inclusive, legislações federais, nas universidades com modalidade de cotas e agora nos concursos públicos, o Brasil, além de ouvir o clamor dos movimentos sociais, também estava cumprindo um compromisso internacional. E isso é muito importante de nós enfatizarmos.

Nós temos no Brasil uma série de povos e comunidades tradicionais: quilombolas, indígenas, ciganos, ribeirinhos, povos da floresta. E a SEPPPIR, dentro desse leque, cuida de alguns desses povos e comunidades tradicionais — e as comunidades de matrizes africanas também é importante destacar — e também articula políticas em prol desse público.

Por último, a nossa internacionalização, que já é muito forte na América Latina e região. Nós acabamos de participar, no início deste mês, nos dias 7 e 8, da reunião de altas autoridades em direitos humanos do MERCOSUL. E já havia uma discussão que acompanhava o MERCOSUL de criar uma reunião específica dos afrodescendentes, dentro do MERCOSUL, e já vinha sendo discutida a participação da SEPPPIR nessas ações.

A nossa Presidenta, quando assumiu a Presidência *pro tempore* do MERCOSUL, comprometeu-se, no seu discurso de posse, que o Brasil organizaria e participaria da construção dessa reunião de autoridades em defesa dos direitos dos afrodescendentes no MERCOSUL. E nós acabamos, dentro da reunião dos direitos humanos, congregando representantes dos diferentes países da América Latina. Fizemos um seminário interno, no qual foi decidida a importância e a necessidade da criação dessa reunião de autoridades em prol da defesa dos direitos afrodescendentes no MERCOSUL. Então, é muito importante. Essa é uma atuação



internacional da SEPPIR. E agora foi encaminhado para o setor responsável, que vai finalizar a criação dessa reunião.

A nossa internacionalização também está ampliando para o continente africano. Eu nem preciso explicar para as senhoras e para os senhores a importância do continente africano para o Brasil, independentemente de sermos negros, brancos, indígenas. Essa ampliação tem como foco começar pela África de língua portuguesa e expandir para os outros países do continente africano. Na semana que vem, eu e parte da minha equipe estaremos viajando para Moçambique, onde já vamos conversar com vários Ministérios, e um dos Ministérios é o da Juventude e do Desporto. Então, nós queremos também saber como é a situação da juventude negra nesse país e como nós podemos trocar. Certamente, traremos resultados aqui para a Comissão, para a CPI.

Nós, SEPPIR, temos hoje uma missão. A nossa missão é promover e articular políticas de igualdade racial e de superação do racismo para a consolidação de uma sociedade democrática. Temos também uma visão de futuro. Estamos construindo o nosso planejamento estratégico, que já é fruto do nosso trabalho. Qual é a nossa visão de futuro? Onde nós queremos chegar? Ser reconhecida como referência nacional e internacional pela efetividade de políticas para uma sociedade justa, igualitária e sem racismo.

Um detalhe que eu queria muito falar para as senhoras e os senhores é que, quando o movimento negro, na sua história, luta pelo combate, pelo enfrentamento, pela superação do racismo, nunca essa luta foi exclusivista, segregadora. Quando nós lutamos pela superação do racismo, nós estamos pensando no Brasil, porque sabemos que a superação do racismo é boa e é importante para a democracia. O racismo é um fenômeno tão perverso que atinge todos nós, independentemente de nosso pertencimento étnico-racial. O racismo não é só um conjunto de representações negativas sobre o negro, a negra e outros grupos étnicos que sofrem racismo. O racismo, além de ser uma representação, uma postura ideológica, também é uma ação. Quando nós vemos os índices de mortalidade da nossa juventude negra, nós temos que admitir que também, além de questões da segurança pública, de educação, de trabalho e de lazer, nós temos a incidência do racismo. Cada vez que assumirmos mais isso como sociedade brasileira, melhor a



noossa sociedade ficará, porque nós poderemos ser irmanados, cada vez mais, numa luta que vai fazer bem para todo o Brasil e para todas as gerações, inclusive vai ajudar a qualificar as nossas políticas públicas.

Aqui eu apresento, então, entrando no nosso tema, uma questão muito significativa, que é nós considerarmos o total da nossa população brasileira, de acordo com o nosso censo e com as PNADs de 2013. Dentro desse total da população, quando nós destacamos a população negra, nós encontramos mais de cem milhões de habitantes que se autodeclararam como pretos e pardos no Brasil, segundo o censo. Esse total de 106 milhões corresponde a 52,92%, ou seja, quase 53% da população brasileira hoje se autodeclara preta e parda, o que nós podemos articular e congregar no segmento negro da população.

“Mas por quê, Ministra?” Vocês podem me perguntar. Será que isso não é muito forçado? Não é forçado. É importante, então, voltar para as pesquisas que nós temos realizado, tanto nas universidades quanto também no Governo Federal. Essas pesquisas têm mostrado que, quando comparada à trajetória de negros, de pretos, pardos e brancos, na sociedade brasileira, as situações de desigualdade e de enfrentamento às questões ligadas a preconceito são muito mais incidentes no segmento pardo do que no segmento branco. Isso nos possibilita entender que o segmento pardo é uma construção histórica. Em algum momento, eu volto a falar sobre isso para vocês. É uma construção desde a época da escravidão. Depois o Brasil vai organizando categorias de cor como forma de classificação de uma população tão diversa. Aqueles sujeitos que fazem parte dessa categoria de pardos têm as suas trajetórias de vida social, econômica, educacional muito mais próximas dos pretos do que dos brancos. Isso possibilita aos sociólogos entenderem que o movimento negro, quando chamava também pretos e pardos de negros, na sociedade brasileira, estava correto.

Então, o que a gente tem, ao longo da nossa experiência de superação do racismo no Brasil, é que muito daquilo que era fala, discurso, denúncia desse movimento social hoje é comprovado oficialmente. Isso significa a atenção que esse movimento tem em relação à sociedade brasileira e ao Brasil e a grande contribuição que os militantes e as militantes do movimento negro podem dar para o Brasil na superação desse quadro.



(Segue-se exibição de imagens.)

Aqui é só, muito rapidamente, para as senhoras e os senhores observarem a questão da taxa líquida, a escolarização líquida do nosso País. Nós podemos, através dessa tabela, entender o alcance das nossas políticas univesais e também a necessidade de políticas de ações afirmativas. Como as senhoras e os senhores podem ver, nós temos então, na educação infantil, pensando em negros e brancos, quase equiparado, em termos de percentuais. Ou seja, significa que as políticas para a educação básica têm tido efeito positivo para os dois segmentos. Quando nós vamos para o ensino fundamental, ainda dentro da educação básica, também a gente vê que a taxa é muito parecida, mas observem, senhoras senhores, quando nós vamos chegando ao ensino médio, nós temos uma redução da própria presença de negros e negras na educação. Os brancos continuam em ascensão e os negros ainda nem 50% alcançaram. Quando nós vamos para o ensino superior — e olha as idades, 15 a 17 anos, depois 18 a 24 anos —, a realidade é mais gritante: 10,8%; antes era 2%. Com as cotas, com as políticas de ações afirmativas, esses 2% subiram para 10,8%.

Então aqui, neste gráfico, a gente pode entender duas coisas: uma é que as nossas políticas em prol da universalização da educação básica têm funcionado, têm dado resultado para os dois segmentos, mas, quando nós olhamos, dentro da educação básica, o ensino médio, que é justamente a idade — vamos pensar assim — dos jovens e das jovens brasileiras, que são também vítimas dessa violência — não é coincidência isso —, esses jovens e essas jovens têm menos possibilidade de continuar os seus estudos, e, quando chegam ao ensino superior, que é também um direito, menos ainda. A outra questão é que nós podemos entender que, dentro de uma desigualdade social, existe aqui uma desigualdade racial. Isso aponta para o quê? Políticas específicas. Se nós não tivermos políticas específicas, esse *gap*, que é estrutural, nunca vai conseguir chegar a um ponto comum de avanço. Isso justifica por que o nosso País precisa de ações afirmativas? Sim, e também porque elas são um dever do Estado e do cidadão e da cidadã brasileira.

Aí nós entramos para alguns dados, que as senhoras e os senhores já conhecem, mas que não tem como entrar no Plano Juventude Viva sem falar desses dados: são 49 milhões de jovens no Brasil, 25% da nossa população brasileira.



Desses 25%, quantos se autodeclaram negros, pretos e pardos? Nós temos uma porcentagem de 58%. Então, se nós somos 53%, temos um contingente maior populacional em todas as outras taxas.

Aqui — os senhores já conhecem — é o mapa da violência, mas nunca é demais mostrar, porque eu acho que toda vez que nós olhamos esse mapa a nossa responsabilidade social aumenta. Então, aqui no mapa da violência nós estamos mostrando as taxas acima de dez homicídios. Pela nossa leitura, quando nós olhamos para 74,2, 76,9, 156,4 e olhamos a territorialidade, digamos assim, a distribuição nos diferentes Estados e regiões, nós vemos um peso maior na região Nordeste e Norte e vemos um peso menor aqui no Sudeste, no Sul e um pouco no Centro-Oeste, embora o Espírito Santo esteja aqui para não nos deixar sozinhos no Sudeste.

Então, por que eu quero chamar a atenção para esse mapa da violência, que já é amplamente conhecido? Nós entendemos que a questão dos jovens negros no Brasil, da mortalidade dos jovens de um modo geral e dos jovens negros em específico, é de raça, de território e de faixa etária. São três questões importantes para pensarmos na violência no nosso País.

Aqui eu trago uma outra taxa, também só para reafirmar o que as senhoras e os senhores já conhecem...

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Desculpe-me, mas na Bahia deu quanto?

A SRA. MINISTRA NILMA LINO GOMES - Deu 83%.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Obrigado.

A SRA. MINISTRA NILMA LINO GOMES - Essa taxa aqui é a da violência contra os jovens negros no Brasil, considerando agora as taxas de homicídio segundo a faixa etária. Então, nós vamos ter aqui, de novo — lembrem o quanto abaixava a escolaridade líquida? —, 15 a 19, 20 a 24, 25 a 29. Aí sobe. O pico está aqui: 20 a 24 anos. Isso também nos mostra como precisamos nos mobilizar. Como um país tão bonito, tão diverso, com uma juventude tão intensa e pujante, pode conviver com taxas como essa?

Como eu falava antes, a violência no Brasil não é um problema só socioeconômico. Esses dados vão nos mostrando que também há um problema com



idade e raça. Aqui nós temos que, em 2012, segundo as informações do Sistema de Informações sobre Mortalidade, 56.337 pessoas morreram no Brasil vítimas de homicídios. Destas, 67,9% eram vítimas negras. Indo para cá, 93,4%, quase a totalidade dessas vítimas de homicídio, eram do sexo masculino. Homens são mais vulneráveis do que mulheres. Homens negros são mais vulneráveis do que homens brancos. Dessas 56 mil, 30.072 eram jovens entre 15 e 29 anos, que é o que o outro gráfico nos mostrava. Desses, 71,5% dos jovens assassinados eram negros.

Aqui nós temos a taxa de homicídios de brancos e negros e a vitimização negra. Quando nós olhamos para o nosso gráfico, comparando uma série histórica de 2000 a 2012, vemos que também é importante analisar esse quadro, essa tabela. Nós temos a comparação entre casos de brancos e negros. No caso da juventude branca, nós temos uma redução, com oscilações, mas é uma redução, porque partiu daqui, dos 79,9%. No caso dos jovens negros, da juventude negra, nós temos o mesmo ponto de partida, já um pouquinho mais elevado, mas olhem o que temos aqui quando olhamos a população negra. Temos um aumento: 80,7%.

Nós temos, nessa outra linha, a taxa de vitimização, que é: comparadas essas duas taxas desses dois segmentos aqui, nós podemos tirar o nosso índice de vitimização, que mostra que a probabilidade de um jovem negro ser assassinado no Brasil e sofrer todas as formas de violência é muito maior do que a dos jovens brancos. E mais: é estarrecedor ver que é 168 vezes maior a chance de um jovem negro morrer no Brasil por armas, homicídios, uma série de situações. Isso é gritante.

Aqui nós temos que cinco jovens negros são assassinados a cada 2 horas ou 60 assassinatos por dia. Isso aqui significa que são dois aviões lotados de jovens, a maioria negros, que morrem no Brasil a cada semana.

Então, a violência letal no Brasil é um problema complexo e multicausal. É o que eu trago aqui. Por essa complexidade, há a demanda de esforços coletivos e articulados para a sua superação. Volto a insistir que não é um único ponto, uma única causa, é multicausal. Nós temos que construir diagnósticos e estudos para entender melhor essas causas e poder pensar que tipo de ações e políticas articuladas o Brasil tem que construir. Não é só do Executivo, não é só do Legislativo, não é só do Judiciário, mas é uma questão que toca toda a sociedade e



os entes federados em articulação, para pensarmos e construirmos estratégias para avançar nesse fenômeno.

Aí nós entramos no nosso Plano Juventude Viva, que, como eu falei com as senhoras e os senhores, é um plano de prevenção à violência e defesa da vida da juventude negra. O Plano Juventude Viva foi criado em 2012 e é coordenado pelo nosso Ministério, pela SEPPIR, e pela Secretaria Nacional da Juventude, que faz parte da Secretaria-Geral da Presidência da República. A ideia com a construção desse plano é articular ações de prevenção para reduzir a vulnerabilidade de jovens negros a situações de violência física e simbólica — não é só a violência física. Bourdieu já nós ensinava o que é a violência simbólica, como ela está impregnada no nosso imaginário, no nosso mundo e como ela tem efeitos na vida das pessoas.

Então, viver sabendo constantemente que você tem a probabilidade de ter a sua vida retirada porque você é um jovem pobre e negro que mora em região periférica é uma situação com a qual é extremamente difícil conviver. É com isso que os nossos jovens vivem. E mais: onde está o fenômeno do racismo? Porque não precisa ser pobre. Eu sou professora da Universidade Federal de Minas Gerais e coordenei um programa chamado Ações Afirmativas na UFMG, cujo objetivo era cuidar da permanência dos jovens negros dentro da universidade, antes mesmo da Lei de Cotas. Os meus estudantes, que eram jovens universitários, pobres, alguns de classe média, narravam para mim a quantidade de vezes em que, à noite, saíam para festas ou iam para a casa da namorada e eram abordados como se fossem marginais. É aí, neste momento, que nós vemos que extrapola a classe, vai além da classe. Eu sempre tenho falado que raça e classe têm uma articulação muito próxima, mas, em determinados momentos, uma se sobressai mais do que a outra. Eu acho que é isso o que a CPI tem trabalhado e é importante nós compreendermos.

Qual é a atuação do Plano Juventude Viva? A atuação do plano tem que ser o reconhecimento dos territórios mais vulneráveis. Muitas vezes as pessoas perguntam se esse plano está tendo efetividade. Vamos pensar: reconhecer quais são os territórios mais vulneráveis é uma contribuição que o Governo Federal pode dar à sociedade brasileira, porque agora, quando nós pensarmos quais políticas e quais ações vamos estabelecer, já sabemos, hoje, quais são esses territórios mais



vulneráveis. Isso já nos dá um diagnóstico importante, que antes a sociedade brasileira não tinha.

Outra é o fortalecimento de mecanismos de participação social. As senhoras e os senhores verão, mais à frente, que algumas ações do Plano Juventude Viva envolvem participação social, entendendo que, se é uma questão multicausal, nós precisamos de múltiplos atores políticos e sociais para tentar superar esse problema. Outra é a priorização da juventude negra. Eu já expliquei por que e não preciso retomar.

A outra é uma ação muito importante, que nós precisamos e devemos continuar, que é a capacitação de gestores sobre o racismo institucional. As senhoras e os senhores podem me perguntar: *“Mas por quê? Na capacitação do gestor não tem que seguir uma outra ordem, de violência, etc.?”* É também. Mas por que em relação ao racismo institucional? Porque, quando o nosso País não considerava que a mortalidade da juventude no Brasil atinge principalmente jovens negros, poderia corresponder ao que alguns juristas vão chamar de neutralidade estatal. O problema existe, a sociedade clama, os movimentos sociais lutam, mas o Estado brasileiro é neutro. É como se isso não acontecesse. É como fosse um fenômeno e não tivesse tanta importância a questão racial e a incidência da raça. O racismo institucional está, sim, ainda na nossa sociedade. Quanto mais nós reconhecermos — por isso os dados são importantes — e contarmos com a ajuda dos dados e dos diagnósticos que o Governo faz e trabalharmos com esses dados, mais efetivas serão as nossas políticas, mais as ações afirmativas vão ganhar sentido, para nós entendermos que, em algumas situações de desigualdade, de violência, etc., se nós atuarmos na superação do racismo junto com as outras ações que temos que desenvolver, o resultado vai ser muito melhor e muito mais rápido.

Aqui nós temos um mapa para vocês verem o estímulo à realização de ações conjuntas entre os entes federados. Esse é mais um passo importante. Até então, enquanto o plano não existia, nós ainda não tínhamos instigado, discutido e provocado uma ação conjunta entre os entes federados, com participação social. Então, é muito importante também que o plano incluía a participação social para também nós pensarmos em como agir.



Aqui na participação social e na questão das articulações dos entes, nós temos que o plano prevê uma ação intragoverno, essa articulação dos Ministérios; uma ação federativa, envolvendo todos os entes federados — por isso, tem que se discutir e visualizar quais são os territórios em que há o maior índice de mortalidade dessa juventude —; e uma articulação entre os Três Poderes. A nossa CPI é um exemplo disso, com o Legislativo entendendo que essa é uma questão nossa também. Então, são o Legislativo; o Executivo, que propõe o plano e o executa; o Judiciário; e o social, porque, obviamente, essa é uma ação que terá resultados sociais. É o que nós esperamos.

Aqui, só para as senhoras e os senhores verem, estão os públicos com os quais nós podemos dialogar dentro do Plano Juventude Viva. Temos dialogado e queremos aprimorar esse diálogo. Lembrem-se de que o plano é de 2012. Então, nós teremos que redesenhá-lo e dar continuidade a ele, para podermos verificar e analisar os resultados efetivos.

Então, nós temos jovens que são produtores culturais, jovens com deficiência, jovens trabalhadores, jovens encarcerados, jovens em situação de rua, jovens em medidas socioeducativas, mulheres jovens, ativistas sociais, jovens imigrantes, jovens negros de povos tradicionais de matriz africana, os familiares — é muito importante que a família também esteja envolvida e trabalhe conosco —, os agentes públicos, cuja participação eu não preciso nem dizer o quanto é importante na superação desse quadro.

O plano conta com a participação de 11 Ministérios. Há uma articulação entre esses diferentes Ministérios. Algumas ações são criadas dentro da estrutura do plano e outras ações já aconteciam dentro de Ministérios, voltavam-se para os jovens e atendiam um número significativo de jovens negros. Nós os trazemos para dentro do plano, para que superemos essa dispersão que muitas vezes acontece no campo das políticas. Isso também já foi um diferencial na construção desse plano.

Sobre a coordenação, eu já falei. Aqui, nós temos os parceiros prioritários nessa luta: os Ministérios da Saúde, da Educação, dos Direitos Humanos, do Esporte, da Cultura, da Justiça, do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento Social e das Políticas para as Mulheres. São os Ministérios, digamos assim, mais centrais na condução do plano.



A estrutura de governança, como funciona o Plano Juventude Viva. Eu acho importante que as senhoras e os senhores também saibam. Primeiro, está a articulação, que são as setas para cima e para baixo; depois, a articulação interna desses órgãos. No âmbito federal, há o Governo Federal, com a SEPPIR e a SNJ, que são os órgãos que coordenam o Plano Juventude Viva. Aqui são ações que esses dois Ministérios realizam.

No plano estadual, há as Secretarias de Governo, os organismos estaduais de políticas para a juventude e de igualdade racial. É muito importante que os senhores e as senhoras saibam que a SEPPIR tem como objetivo descentralizar a política de promoção da igualdade racial. No Brasil, nós temos vários órgãos chamados órgãos de PIR, órgãos de promoção da igualdade racial. Podem ser secretarias, coordenações, gerências dentro da estrutura do Estado e do Município. Então, são articulados no plano estadual. No plano municipal, também há as Secretarias de Governo e os organismos municipais que também pensam políticas para juventude e as efetiva e também de igualdade racial.

Atualmente, a SEPPIR está desenvolvendo uma ação, chamada Caravana Pátria Educadora, que é o lema da nossa Presidenta Dilma no seu segundo mandato, pela promoção da igualdade racial e superação do racismo. Essa caravana significa que a Ministra viajará por todo o País. Nós vamos rodar todas as regiões. Já começamos pelo Pará e pelo Maranhão. Nessa caravana, nós conversamos com Governadores, com Prefeitos, com gestores de promoção da igualdade racial, com diversos movimentos sociais, conversamos e atuamos nas universidades, que fazem parte dessa ideia de articulação e de aumento da ação partilhada e compartilhada no Brasil, o que é uma necessidade.

Dentro dessa caravana também, a SEPPIR tem como objetivo conseguir a adesão dos Estados e Municípios ao nosso Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial — SINAPIR, fruto do Estatuto da Igualdade Racial, aprovado nesta Casa. Tramitou por muitos anos, é polêmico, etc., mas é uma lei nacional. Talvez o Brasil seja o único País que tenha uma lei nacional de promoção da igualdade racial. Dentro do estatuto está prevista a criação desse sistema.

Em 2013, durante a nossa III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a Presidenta Dilma, então, assina o decreto que regulamenta o



SINAPIR. Agora, o papel da SEPPIR é conseguir que Estados e Municípios façam a adesão voluntária, porque essa adesão, além de criar uma aproximação maior da SEPPIR e do nosso Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, também vai possibilitar que, nas chamadas públicas que nós vamos soltar, os Estados e Municípios que fizeram a adesão ao SINAPIR, que sejam classificados e tenham os seus projetos aprovados, tenham uma pontuação adicional na classificação, que é uma forma de nós retribuirmos a confiança dos Estados e Municípios por fazerem adesão ao SINAPIR. Então, é só para mostrar para as senhoras e os senhores que, dentro dessa estrutura de governança, a questão do Juventude Viva faz parte da nossa caravana.

Aqui são as diretrizes do plano. Não vou ler todas, mas vou só destacar a ideia de sensibilizar a opinião pública. Por quê? Nós estamos num momento muito tenso, em que está sendo discutida a redução da maioria penal. Quando nós ouvimos as opiniões das pessoas da sociedade brasileira, sabemos que existe também uma banalização desse tema. É um tema muito complexo, que não se resolve de uma vez só. É um tema que tem uma série de situações que são multicausais. Quando nós olhamos aquelas taxas que eu apresentei inicialmente e sabemos quem são os jovens que hoje estão em medida socioeducativa — não precisa dizer que nós sabemos que é uma grande quantidade de jovens pobres e de jovens negros —, já sabemos quem a redução da maioria penal vai atingir. Uma sociedade democrática, eu tenho falado muito, é aquela que cuida da vida dos seus adolescentes e jovens e não os criminaliza, que aperfeiçoa as medidas socioeducativas, que faz diagnósticos, que constrói política, mas não criminaliza.

Há também as ações de atendimento aos jovens em vulnerabilidade, o foco nos territórios, a contribuição com a identificação e o enfrentamento do racismo, o aprimoramento dos fluxos e processos que precisamos aprimorar, a redução das barreiras de acesso à Justiça para jovens e seus familiares e também a redução do grau de letalidade dessa nossa juventude, provocada, muitas vezes, nós sabemos, por agentes do Estado. Essas são as diretrizes.

Eu apresento aqui os principais avanços, para que entendamos também que o plano tem avanços: a ampliação e a consolidação do reconhecimento público da violência letal contra a juventude negra como uma questão de Estado. É a isso que



nós chegamos. Então, chegar a esse ponto é um avanço para a nossa sociedade. A partir desse ponto, nós temos que pensar o que vamos fazer agora em conjunto, de forma articulada.

Outro avanço que trago para as senhoras e os senhores é a própria ampliação da compreensão de estratégias que são necessárias para o devido enfrentamento dessa violência letal contra a juventude negra. Hoje, no Brasil, nós começamos a ampliar a compreensão. Quais são as estratégias? Qual resultado a CPI vai trazer para nós? O resultado da CPI vai ser muito importante, porque vai trazer para nós, Brasil, não só para nós, Governo Federal, a possibilidade de compreendermos e criarmos, conjuntamente, estratégias para a essa superação.

É muito importante, senhoras e senhores, que, neste momento, nós não entremos numa situação de que a maior responsabilidade é desse, de que esse não fez o que tinha que fazer. Não é isso que a gente tem que fazer neste momento. Neste momento, nós estamos falando: temos uma realidade e queremos superá-la; o que vamos fazer? A própria realidade e as ações que vêm acontecendo, tanto da SEPPIR, da Secretaria Nacional, quanto do Legislativo, já têm apontado para nós que temos que trabalhar juntos. Não é isso, Deputado Reginaldo? Não adianta cada um no seu canto. Esse é um problema multicausal, é um problema da sociedade, é uma questão de Estado. Só vamos superar isso se trabalharmos juntos. Então, nessa hora, a gente tem que fazer uma suspensão, digamos assim, de certas identificações que muitas vezes nos separam. Nós vamos ter que fazer uma suspensão disso para nos unir. Não é isso? Esse é um desafio para a nossa sociedade. Nós sabemos disso.

Outro avanço que eu destacaria é o estabelecimento dessas relações interministeriais. Cada vez mais, a Presidenta Dilma tem solicitado isto de nós, tem cobrado isto de nós, Ministros: que nós trabalhemos juntos, façamos ações intersetoriais e interministeriais. Para a SEPPIR, isso é muito importante, porque nós somos o Ministério-meio, o Ministério responsável por fazer articulação. O nosso objetivo é que a política de promoção da igualdade racial cresça e seja implantada em todos os Ministérios.

Muitas vezes as pessoas falam: *“Ai, mas o orçamento da SEPPIR é tão pequenininho”*, etc. Tudo bem, aumento de orçamento todo mundo quer, mas é



importante discutir e entender que, quando o Ministério da Educação desenvolve uma política de promoção da igualdade racial e ali coloca o seu orçamento, e o Ministério da Justiça faz isso, e o Ministério da Saúde faz isso, nós também podemos considerar que isso é uma ampliação do próprio orçamento da política de promoção da igualdade racial. É isso que nós queremos conseguir e é por isso que a SEPPIR vem lutando nesses 12 anos da sua existência.

As senhoras e os senhores sabem que fazer articulações intersetoriais, etc., nem sempre é uma tarefa fácil, não é mesmo? Mas nós, hoje, reconhecemos que ela é necessária se a gente quer consolidar a nossa democracia. Então, além de interministeriais, as articulações são interfederativas, o que se soma com o que a CPI está propondo, e também legislativas, com o nosso Congresso — não é isso? — e com a sociedade civil. Por quê? Imagine só que o próprio movimento social foi o primeiro protagonista a gritar para a sociedade: *“Olha, está acontecendo algo com a nossa juventude, e não é com qualquer juventude. Essa situação tem afetado muito mais a juventude negra”*. Esse clamor do movimento social e a entrada de militantes do movimento social nas esferas do próprio Governo, tanto na estadual quanto na municipal e na federal, trazem também essa discussão para o cerne de um espaço político importante. Imaginem se neste momento este movimento e os outros movimentos sociais partícipes dessa luta e principalmente da luta antirracista forem descartados. Não pode!

A sociedade brasileira tem entendido, cada vez mais, pelo menos eu acho, que nós aprendemos também com os movimentos sociais, porque eles não constroem só ação política, constroem conhecimento. E, por viverem lá, direto, lutando naquelas realidades, tem hora que esses movimentos sabem muito mais do que nós. Eles criam diagnósticos antes de as pesquisas oficiais saírem, porque o que as pesquisas têm feito é confirmar — não é isso? —, qualificar e adensar aquele problema, que é papel.

Também outro avanço que nós consideramos é uma sensibilização e comprometimento das agências internacionais com essa pauta. Nós sabemos que, hoje, essa situação de violência que assola a nossa juventude negra já ganhou um âmbito internacional. A SEPPIR já foi a Washington discutir e apresentar, representando o Governo brasileiro, a situação da juventude negra e que ações o



Brasil tem realizado. Então, a sociedade internacional tem participado, dialogado e também tem nos pressionado.

Eu tenho umas imagens que quero mostrar para as senhoras e os senhores.

Aqui estão as perspectivas 2015/2018 da segunda fase do próprio plano, o que nós temos como perspectiva. Nós temos como perspectiva avançar no enfrentamento do problema da letalidade da juventude. Temos também como perspectiva para esses 4 anos fortalecer a identificação do racismo como o principal determinante das mortes.

Às vezes, quando falamos isso, dizem: “*Nossa, Ministra, mas isso é um exagero!*” Isso não é um exagero. Para as senhoras e os senhores, eu já provei aqui por que o racismo tem a ver com a questão da letalidade e da mortalidade da juventude negra.

Mas é muito importante entender também como o racismo, além de prática, de ideologia e de representação, enraíza-se em todos nós. Por isso, o primeiro passo é reconhecer que nós ainda temos esse fenômeno, e não é só no Brasil, é um fenômeno global. E incide sobre outros grupos também.

Em relação a essa representação negativa que nós aprendemos na sociedade brasileira, não sei se as senhoras e os senhores conhecem o vídeo chamado *Vista a Minha Pele*, do Joel Zito, um cineasta nosso muito premiado. O vídeo é muito interessante, porque pega a sociedade brasileira e faz uma inversão: coloca os negros nos lugares usualmente estabelecidos e frequentados pela população branca, e pega os brancos e coloca nos lugares que usualmente são frequentados e povoados pela população negra. É muito interessante quando as pessoas veem o filme do Joel Zito e, no começo, assistem a uma narrativa entre duas adolescentes em que não aparece o rosto das adolescentes, só a voz ao telefone. Uma adolescente fala para a outra da necessidade de esta se candidatar a *miss* primavera ou rainha da pipoca, alguma coisa dessas que nós na escola costumamos fazer. Eu já me afastei da educação básica há um tempo e já não estou nem sabendo mais. É algo como rainha da pipoca ou rainha da primavera. Uma menina tenta falar para a outra que esta deveria se candidatar, e a outra responde: “*Não, eu acho que não. Não acho que isso seja interessante*”. Quando a câmera foca as duas meninas, a menina que incentivava a outra a se candidatar era



a menina negra de classe média, e era a menina branca da periferia que ouvia: “*Você deve se candidatar*”. Isso já dá um choque nas pessoas, quando escutamos a voz.

E por que nos dá um choque? E por que é interessante pensar nessa questão do racismo como o principal determinante das mortes? Porque a nossa representação, aquilo que costumamos ver como natural na sociedade, não é essa inversão. Na hora em que as pessoas veem a cena, pensam que a menina que fala para a outra se candidatar é a branca e que aquela que está com dificuldades de se candidatar é a negra. Por isso se chama *Vista a Minha Pele*. Tem hora que precisamos vestir a pele do outro para entender o que o outro sofre.

Neste caso aqui, quando nós pensamos que o racismo é o principal determinante dessas mortes, é porque muitas vezes aqueles jovens que trabalhavam comigo, os jovens que as senhoras e os senhores conhecem, filhos que possam ter, nós sabemos... Por que as mães têm tanto medo quando seus filhos jovens saem à noite? Porque elas sabem que essa situação do racismo é de tal ordem que, ao olhar para esse jovem, a sociedade brasileira não pensa *a priori*: “*Ele é um jovem que está aqui vivendo a vida e tal*”. Muitas vezes esse jovem negro é interpretado como uma ameaça. Se se está passando com a bolsa, e o menino chega, as mulheres recolhem a bolsa. Isso é muito comum. E o menino é simplesmente um menino que está vestido de jeans, camiseta, etc.

Eu quero novamente explicar para as senhoras e os senhores que não é somente a questão socioeconômica que entra aí. Nós temos uma questão racial, e a questão racial vista de forma negativa, não afirmativa. Por isso, este é um objetivo do plano: fortalecer que Estados, Municípios, Governo Federal e sociedade compreendam isso e, compreendendo, também ajam para superar.

A outra perspectiva que nós temos, dentro do redesenho do plano, é identificar os padrões de masculinidade e poder como causas da conflitualidade. O que é isso? A nossa sociedade também construiu — e não é só o Brasil, são várias sociedades, mas nós estamos falando aqui do Brasil — uma representação de gênero, de masculinidade. Há aquela ideia de que o homem não chora, homem não pode levar desaforo para casa, o homem tem que agir, e com força, para mostrar a sua própria masculinidade. Muitas vezes, as tensões que nós temos entre gangues



jovens, entre esta juventude, estão eivadas desse ideal de masculinidade, que se junta com desigualdade socioeconômica, que se junta com questões educacionais, que se junta muitas vezes com a ausência de lazer, de espaços de lazer.

E essa masculinidade — aqui nós temos muitos homens na sala e todos passaram pela juventude, formaram-se, constituíram-se enquanto tais na questão de gênero —, essa masculinidade está muito associada à ideia de poder. Por isso, eu imagino a situação das mulheres na Câmara dos Deputados, que são muito poucas: o que é que elas não devem sofrer, vivendo num lugar eminentemente masculino?

Aqui eu não estou culpando ninguém, estou falando de uma análise sociológica e antropológica da nossa sociedade, que também pesa quando nós pensamos no caso da juventude negra. Esses conflitos que acontecem não são apenas conflitos baseados nisto: *“Ah, eu quero tomar o lugar do outro, etc.”* Muitas vezes ocorrem porque eu tenho que mostrar a minha masculinidade. Se eu mostro, mostro que eu tenho poder. E isso acontece nas várias relações. E nas questões da sexualidade, quando entram homossexuais, lésbicas, *gays*, etc., o conflito acirra-se muito mais.

Agora vamos para outra perspectiva, o reconhecimento da ineficiência de políticas padronizadas para os diferentes públicos e realidades. Aí é que entra a eficácia da ação afirmativa. A ação afirmativa não briga com a política universal, ela qualifica e adensa as políticas universais. Nós já entendemos, quando vemos aqueles 142 Municípios, aquelas territorialidades e a distribuição no Brasil, que essa questão da violência que assola a juventude negra não é padronizada, não é do mesmo jeito no Brasil todo. Então, é importante que entendamos que as políticas não poderão também ser padronizadas. Nós teremos que pensar qual será a política específica para este caso, qual será a política específica para o outro caso. E teremos que entender que essas políticas específicas são um avanço nas nossas políticas universais. Esse é um alvo que nós queremos na segunda fase.

Outro alvo é dar visibilidade ou visibilizar a desconstrução do racismo institucional — o que eu já expliquei para as senhoras e os senhores — como condição fundamental para o aperfeiçoamento da ação do Estado. Vamos ter que encarar isso, vamos ter que enfrentar isso. Não podemos passar por cima, dizendo:



“É só segurança pública. É só pobreza.” Não, é também racismo, e nós temos que superar isso.

E a SEPPIR se coloca à disposição das senhoras e dos senhores para ajudar nesta tarefa. Nós temos a *expertise* para fazer essa discussão. É o nosso dever e a nossa missão. Aqui nós estamos nos colocando à disposição do Legislativo, mas também nos colocamos à disposição dos entes federados, principalmente os que fazem parte do Plano Juventude Viva, em que há as situações mais alarmantes.

Este é o nosso redesenho. Nós estamos, no momento, fazendo o redesenho, como eu falei. Por isso, colocamos aquelas perspectivas, ao avaliar a realização do plano: definição das ações para efetivamente enfrentar essa letalidade; o racismo como um determinante das mortes: não esconder isso da sociedade brasileira; os padrões de masculinidade; a ineficiência, etc.

Nesta imagem, eu quero mostrar para as senhoras e os senhores as ações que já incorporaram a perspectiva do Juventude Viva. Nós temos realizado oficinas de identificação e abordagem ao racismo institucional nos Estados e nos Municípios, pactuados com a Presidência da República. Como eu falei anteriormente, é preciso sair do lugar de neutralidade estatal. Vamos lá, vamos identificar e vamos trabalhar juntos.

Também está em construção um protocolo para a redução de barreiras de acesso à Justiça para jovens negros em situação de violência, o que envolve esses Ministérios e esses outros órgãos todos participantes disso. É muito importante que o novo passo seja prevenção, e agora nós temos que pensar em redução.

Aqui estão algumas imagens para as senhoras e os senhores acompanharem as campanhas que o Plano Juventude Viva vem fazendo, envolvendo os Estados e os Municípios. A imagem é muito importante. Eu não preciso dizer para as senhoras e os senhores — aqui nós temos, mais ou menos, a mesma idade de trajetória — que em 1971, quando eu estava na escola, na educação básica, no ensino fundamental, eu abria os livros didáticos que nós usávamos e esta era a forma como eu me via: eu via a minha família representada através das ilustrações de castigos aos africanos escravizados no Brasil. Custou-me ver uma imagem afirmativa dos negros e das negras, custou-me ver isso nos livros!



Eu acho que por isso é que nos tornamos professor e professora. Hoje nós temos a Lei nº 10.639, de 2003, que alterou a nossa LDB e que vem, mesmo de forma irregular, pois ainda não está enraizada em todo o Brasil, causando muitas mudanças na universidade e também na educação básica.

Portanto, é muito importante que nas campanhas de utilidade pública e em todas as peças publicitárias nós tenhamos jovens negros e brancos em situação de igualdade e dignidade.

Eu não preciso nem dizer também que muitas vezes paira na nossa mente, na nossa representação, que as mães negras não cuidam dos seus filhos. Eu tenho situações de pesquisa com a educação infantil em que, muitas vezes, quando as criancinhas negras chegam à escola e a menina está com o cabelo desarrumado ou qualquer coisa assim, a professora já entende que foi falta de cuidado da mãe. E muitas vezes a criança brincou lá fora e se descabelou, como qualquer criança.

Há situações de casos sobre racismo na educação infantil. Pesquisadores e pesquisadoras têm apontado que muitas vezes as crianças negras, sobretudo meninas, chegam a suas casas com os cabelos desgrenhados, enquanto as outras chegam arrumadas, com chuquinhas feitas pela professora. E quando as mães vão à escola e perguntam: *“Mas por que a minha filha está voltando tão desarrumada para casa?”*, a professora fala: *“Eu não sei pegar nesse cabelo”*. Isso é muito comum. Cabelo crespo, cabelo e cor da pele é uma dupla inseparável. Eu sempre falei isso e escrevi isso na minha tese de doutorado.

Nós temos também o NUFAC — Núcleo de Formação de Agentes de Cultura para a Juventude Negra, que tem tido uma ação muito importante, de muito sucesso na formação de agentes de cultura da juventude negra. E a Fundação Palmares é a responsável, junto com a SEPPIR, pela realização desses núcleos em diferentes lugares do País. Você consegue aqui discutir com os agentes de cultura da juventude negra que a cultura tem um potencial enorme para nos ajudar na superação dessas situações de violência.

O Flávio Renegado estava aqui. Eu o conheço desde menino, lá em Belo Horizonte. É muito bonito ver a trajetória do Flávio Renegado. Há uma cultura viva e pujante nas periferias, com participação intensa da juventude negra, que muitas vezes nós desconsideramos.



Aqui eu apresento para as senhoras e os senhores — e já estou finalizando — ações da SEPPIR que têm ajudado na efetivação do nosso plano.

Nós temos na SEPPIR um sistema de monitoramento, além do SINAPIR. Nós temos um sistema de monitoramento que monitora dois programas do Governo Federal: o Programa Brasil Quilombola e o Plano Juventude Viva. Esses programas — qualquer um pode acessá-los, entrando na página da SEPPIR — têm uma construção de painéis de monitoramento. Quando o usuário entra, quando o internauta entra, tem acesso à localização, aos territórios, a várias situações. Há um referenciamento geopolítico. Muitos desses dados que eu apresentei nós vamos encontrar lá. Essa é uma forma de dar transparência pública, transparência para a sociedade das ações que nós temos realizado como Governo Federal.

Eu finalizo com uma parte do nosso *Manifesto contra a redução da maioria penal*. Já falei para as senhoras e os senhores qual é a posição do Governo, e a SEPPIR acompanha a posição do Governo, contrária à redução da maioria penal.

A quem essa redução vai afetar mais diretamente? Nós estamos num momento de zelar pela vida dos nossos jovens! Das crianças, dos adolescentes e dos jovens brasileiros defendemos o cuidado, pois são eles que construirão a Nação brasileira das próximas décadas. Ninguém vai ficar para semente!

Além disso, cuidar significa investimento em educação, políticas sociais estruturantes e sobretudo respeito à dignidade humana.

Era isso, senhoras e senhores. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Primeiro, eu quero agradecer à Ministra a belíssima exposição.

V.Exa. trouxe todo um detalhamento sobre o papel e a conquista histórica da nossa população negra em relação à constituição do próprio Ministério, mas em especial trouxe uma compreensão bem detalhada dos desafios do Juventude Viva.

Esta CPI sempre os tem debatido. O Juventude Viva foi construída em 2012. Quando V.Exa. apresenta os avanços do ponto de vista de organização de todo o diagnóstico, eu realmente reconheço que esta é a base para a nossa ação e para a decisão das políticas em relação à eliminação dos homicídios. Não há como planejar um conjunto de políticas sem levar em consideração também os territórios. Eu acho



que essa primeira etapa do Juventude Viva cumpriu esse papel. Agora nós entramos numa segunda etapa, que é um redesenho do Juventude Viva do ponto vista das ações preventivas, que realmente têm que ser federativas. Não dá para desconsiderar esse pacto federativo e a importância dos Municípios na execução dessas políticas preventivas.

Este tema, Ministra — e lembro quando ajudei a pensar no modelo das políticas para a juventude — é um desafio, porque não temos como criar secretárias específicas para a juventude, as mulheres, a questão da igualdade racial, com o papel de execução. Dá vontade! Pelo desafio, pelas desigualdades, pelo tamanho das injustiças, pela priorização da construção desta Nação brasileira, dá vontade de falar que a prioridade tem que ser executar. O problema é que se amplia o desafio, quando necessitamos dessa transversalidade, pois se trata de uma cultura extremamente compreendida por todos os gestores, mas às vezes esbarra um pouco nas vaidades do ser humano. E este é o desafio do Ministério.

Mas é evidente que é impossível fazer um País mais igual, não fazendo essa transversalidade. Como nós vamos executar as políticas específicas para os negros na SEPPIR? É no Ministério da educação. Por isso, estamos dialogando com os 11 Ministérios, porque é importante que os Ministérios possam nos ajudar. Dou o exemplo da educação, mas com a política de cotas saímos de 2% de negros na universidade para 10%, na idade de 18 a 24 anos. Isso também precisa ser dito, porque nós estamos num momento em que parece que está tudo errado no País. Querem desfazer a narrativa positiva de grandes avanços que há no País.

O desafio é que possamos ter um relatório neste sentido: que as ações que são feitas nessa busca da igualdade racial em diversos Ministérios possam ser também aglutinadas, numa transversalidade, num programa de prevenção; e que a partir daí sejam propostos mais investimentos. Temos que sinalizar o que tínhamos, o que temos e o que queremos para o futuro na perspectiva da ação preventiva. É evidente que não foram suficientes, pela nossa realidade atual.

Eu queria deixar uma pergunta, porque ao término do trabalho da CPI nós teremos que definir se existe ou não um genocídio no Brasil. Alguns dizem: “*Sr. Deputado, V.Exa. não está exagerando? Porque genocídio é um extermínio programado de toda uma raça e tal...*” Eu tenho dito, em especial, que nós



recebemos aqui vários pesquisadores e estudiosos e nós temos debatido que, de fato, a ausência de uma política específica do Estado brasileiro que produza um resultado que universalize as oportunidades tem levado a uma morte simbólica parte da nossa população. E que esse conceito de genocídio para nós não é um conceito apenas da morte física, mas da morte simbólica de parte da nossa população. Os indicadores do Mapa da Violência comprovam que nós o estamos vivendo neste momento da história brasileira, até porque, ao olhar o Mapa da Violência nos últimos 10 anos, verificamos que houve uma redução — e nós temos que comemorar isso também — da morte dos nossos jovens brancos. Mas é evidente que nós não podemos silenciar, e a sociedade inclusive branca, o Estado brasileiro, a democracia brasileira não pode silenciar, porque estaria naturalizando a morte dos nossos jovens negros e pobres.

Então, eu pergunto a V.Exa.: é correta essa definição? Porque, na minha opinião, nós temos que fazer uma nova definição, uma definição mais ampla do que seja o genocídio, do ponto de vista dessa compreensão de que há uma morte simbólica a partir da ausência de algumas políticas afirmativas. Por enquanto, o Estado brasileiro ainda não deu conta de universalizar as oportunidades para todos.

Eu quero passar a palavra para a nossa Relatora. Depois, pela ordem, passaremos a palavra aos aqui inscritos: o Deputado Damião Feliciano, a Deputada Benedita da Silva, o Deputado Orlando Silva, o Deputado Delegado Éder Mauro. Nós vamos garantir a todos a inscrição.

Com a palavra a nossa Relatora, Deputada Rosângela Gomes.

A SRA. DEPUTADA ROSÂNGELA GOMES - Primeiro, Ministra, eu quero dizer da sua intervenção, que nos ajudou, e muito, na questão do conhecimento de todos os dados que V.Exa. trouxe nesta manhã. Foi muito positiva. Na minha fala inicial, eu queria também fazer justiça e dizer que a SEPPIR tem sido parceira na construção dos trabalhos da CPI e da Relatoria, não só nas audiências aqui mas também nos Estados, fazendo-se presente e ajudando em toda a contextualização dos nossos trabalhos.

V.Exa. falou muito do início de todo o trabalho, com a gestão do Presidente Lula, na divulgação dos diagnósticos. Trouxe aqui uma palavra nova, “multicausal”, que é a articulação entre os governos. E falou da responsabilidade do mundo adulto.



Eu perguntaria a V.Exa. se essa responsabilidade do mundo adulto começaria pela família, se a família tem um papel importante. Tratou também da questão da educação e da integração com outros Ministérios, como o da Cultura e o do Esporte.

Eu queria destacar aqui a questão da reeducação da Secretaria de Segurança Pública e também a reestruturação da Secretaria de Segurança Pública. Eu queria perguntar se isso é importante.

V.Exa. falou sobre a questão do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência e da Lei Nacional da Igualdade Racial. Eu quero dizer que, quando fui Deputada Estadual, eu homologuei essa lei no Estado do Rio de Janeiro, com o modelo daqui do Congresso Nacional, da Câmara Federal.

V.Exa. falou de alguns avanços, que também foram muito importantes, e falou aqui do movimento social. Realmente é prioridade desta Comissão ouvir os movimentos, porque sem eles não teríamos legitimidade para fazermos os nossos trabalhos.

De fato, o que mais me chamou a atenção, de tudo o que eu resumi aqui, porque há mais coisas, foi o que V.Exa. falou dos eixos prioritários (*falha na gravação*) falou dos povos tradicionais e comunidades, da internacionalização.

Eu queria saber de V.Exa. — e acho isto extremamente importante, embora V.Exa. tenha passado muito por cima — o orçamento da Secretaria. Pelo meu conhecimento, são 39 milhões. Esse valor seria suficiente para a implementação das tantas ações que V.Exa. com muita propriedade apresentou aqui, diante de um tema tão importante como este, diante de tantos desafios como os nossos? Há a questão da letalidade, a questão do racismo, que eu acho que é — desculpe-me o termo, mas vou abrir um pouco o coração — a pior de todas as pragas. Será que esse valor seria o valor necessário, o valor positivo?

Eu até chamaria a nossa atenção no sentido de nós Parlamentares termos um olhar para esse Ministério. Por que não ajudar também, não só com as emendas, mas também fazendo uma frente junto à nossa Presidenta para que S.Exa. possa direcionar a essa Secretaria um olhar mais importante, diante do desafio de 52% da população do nosso País? Não seria este o momento de chamarmos a atenção da Presidência e alocarmos um recurso maior para a nossa Secretaria? Eu queria chamar a atenção de V.Exa. nesse sentido.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada.

O nosso próximo orador é o Deputado Damião Feliciano, a quem peço que aguarde. A Ministra gostaria de apresentar um vídeo de 3 minutos, mas eu acabei passando a palavra para a Relatora.

Com a palavra a Sra. Ministra.

A SRA. MINISTRA NILMA LINO GOMES - Eu gostaria de passar um vídeo de 3 minutos que mostra a experiência dos NUFACs, aqueles núcleos de que falei para as senhoras e os senhores, em que a Fundação Palmares participa, junto com a SEPPIR. Eu acho que, além do discurso, nós temos que ter imagens, para ver como a realidade se concretiza lá. E acho que para as senhoras e os senhores vai ser muito importante ver e participar de uma experiência dentro do Plano Juventude Viva, que eu narrei aqui. Tem sido uma experiência muito bem-sucedida. É muito rápido, somente 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Damião Feliciano. Combinamos 5 minutos de intervenção para cada Deputado.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Sr. Presidente, senhores coordenadores, Sra. Ministra, Sras. e Srs. Deputados, 5 minutos é muito para mim, 3 minutos é o suficiente. Eu só queria dizer aqui da minha preocupação — eu já a externei da outra vez — em relação a esta CPI. Até que ponto nós vamos trazer resultados? Que a sociedade brasileira possa ver o que nós podemos fazer em relação a um tema tão importante, tão forte, que preocupa tanto as pessoas. A minha preocupação é exatamente esta, porque, enquanto nós estamos discutindo aqui, há não sei quantos negros morrendo. E a minha preocupação com o dever — e, naturalmente, como negro — é saber que lá nos bolsões de miséria, por exemplo, há gente morrendo. O podemos fazer com esses bolsões de miséria? Essa pergunta eu queria fazer para a própria Ministra, porque as coisas no papel são muito bem feitas. Elas têm uma peculiaridade: o papel aceita tudo.

Eu vejo que na SEPPIR, faço aqui esta referência, desde o Governo Lula — e quero naturalmente parabenizar o Presidente Lula, porque há 15 anos participei das ações para que fosse aprovado o Estatuto da Igualdade Racial, que ninguém



aprovava, e o Presidente Lula teve a coragem de colocar para aprovação —, as políticas públicas afirmativas, nós temos dificuldade de que estas sejam executadas.

Quando vamos à Secretaria, às vezes até eu propriamente tenho dificuldade com a SEPPIR para me comunicar, para que possamos agir. Eu tive dificuldade na Comissão do Esporte com a questão racial que existe. Um jogador que nós tínhamos chamado para vir, disse: *“Eu não vou mais, porque eu vou e começam a ter pena de mim.”* É aquele jogador do Santos que teve problema racial. *“Fazem aí uma alusão, levam a gente, mas não há resultado nenhum. É só para bater retrato.”*

A minha preocupação com essa SEPPIR é exatamente por isso. Vemos um Ministério desses, com orçamento desse tamanho. V.Exa., Ministra, fez uma exposição excelente. V.Exa. é uma catedrática, intelectual. Parabenizo-a pela exposição. Mostrou efetivamente os comprometimentos e mostrou que é, assumidamente, conhecedora profunda do assunto. Mas as políticas públicas efetivas não acontecem.

Eu fui à CBF para que se pudesse diminuir o racismo no esporte brasileiro, principalmente na questão do futebol. Pedi para que um árbitro de futebol daqueles pudesse ter a coragem, quando houvesse um ato de racismo, de paralisar o jogo, o que era dever dele, porque é uma autoridade dentro do campo. Eu nunca vi ou ouvi falar que um árbitro fosse capaz de fazer isso, até porque envolve outros atores no processo.

Portanto, eu quero deixar aqui o meu registro e parabenizar o Presidente pela condução do trabalho.

V.Exa. está dando uma condução diferente, Sr. Presidente. V.Exa., como é intelectual e professor, tomou atitudes extremamente didáticas no que está fazendo aqui. Mas a minha preocupação persiste, Sra. Relatora, para que não cheguemos aqui só para ter e apresentar resultados.

Eu aqui já comecei a ver que não é um problema policiaisco o problema do negro. A polícia é uma parte, a polícia faz o seu papel. Trinta por cento dos policiais são negros. No meu Estado, de 80% a 88% dos jovens negros que morrem lá, não morrem em conflito policial. A política é outra. Eu confesso que nós não vamos ter um resultado imediato. Vamos ter resultado daqui a 5, 10, 15, 20 anos, se nós trabalharmos efetivamente em relação a isso.



Portanto, persiste a minha preocupação com os resultados que nós vamos promover com esta CPI — e quero parabenizar a condução da Comissão —, para que não tenhamos só propostas de políticas públicas, e o Governo Federal, que tem o dever e a obrigação de executar, como a própria Ministra disse, fique só achando que é interessante ser executado. E os negros da periferia...

Eu estou aqui nesta CPI por dever e obrigação de defender os negros, somente por isso, mas aos que estão na periferia do Rio de Janeiro, de São Paulo, da Paraíba, que é o meu Estado, nesses bolsões de miséria, não chega política pública. Não se apresenta efetivamente para o negro quem possa colocá-lo dentro da escola, quem possa dar a ele possibilidade de ser um empresário no futuro, que lhe dê oportunidade. Então, nós vamos ficar aqui só no papel, apresentando isto aqui.

Mas, para encerrar, Sr. Presidente, eu quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos. V.Exa. tem tido uma conduta exemplar, e também a nossa Relatora, com quem tenho conversado no plenário.

E quero parabenizar pela apresentação a Sra. Ministra, uma intelectual, sabedora e profundamente conhecedora do assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado.

Quero aproveitar para justificar aqui a ausência do Deputado Jean Wyllys. S.Exa. está coordenando o Seminário LGBT da Câmara dos Deputados.

Quero passar a palavra à Deputada Benedita da Silva.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento mais uma vez as Sras. e os Srs. Deputados, a Sra. Relatora e a nossa queridíssima Ministra Nilma Lino Gomes. Quero dizer, Ministra, que para nós tem sido enriquecedora a sua presença nesta Casa.

Eu fiz questão de me inscrever logo de imediato, não para dar orientação na fala de nenhum dos Parlamentares, mas eu estou acompanhando a sua presença nesta Casa assiduamente. E por que eu faço isso? Porque esta para mim, esta Comissão, esta CPI, é uma das mais relevantes, até porque temos históricos anteriores e queremos estar colaborando pura e simplesmente com as políticas públicas. E, se nós não acompanharmos esta CPI e as Comissões, e as



Subcomissões, nós jamais vamos entender o que se passa em relação à violência, ao extermínio, aos genocídios da população negra. Nós temos sido enriquecidos não apenas com letras mortas do papel, porque existem números, pesquisas de gente exterminada. E isso é um processo histórico que nós não podemos ignorar. Isso não é letra morta no papel e não são coisas que apenas uma política pública poderá dar conta.

Nós tivemos aqui o expositor Prof. João Jorge que colocou claramente para nós que existem, sim, avanços em políticas públicas colocadas e temos dados aqui, dados mais recentes, até por questionamento feito na Comissão de Seguridade Social e Família, sobre qual é a situação do negro hoje nas políticas públicas sociais do Governo Federal. Então, nós temos também esses dados com constatação e de busca ativa, que vai desde a população em situação de rua — agora temos um público diferenciado de população de rua, que se acresce na medida em que o craque começa a lá ter abrigo. É uma população em situação de rua, que já atinge pessoas que têm o seu núcleo familiar estruturado que se desestrutura, na medida em que se vicia com o craque. Já abandona até o seu amparo familiar e vai para a rua. É preciso que compreendamos, para que possamos fazer o nosso papel.

Eu quero cobrar o Governo, e vou continuar cobrando, porque o Estado tem o seu racismo institucionalizado. Nós temos também uma formação institucionalizada racista, de formação dos nossos policiais, dos nossos professores, na abordagem com os nossos alunos diferentes. Nós temos na política de atendimento na saúde. Quer dizer, nós temos o racismo institucionalizado. Nenhum de nós ignora isso. E tudo isso são práticas de violência não só quando o policial saca a arma ou quando se tem uma guerra de bandidos entre bandidos. Nós compreendemos inclusive que a formação que é dada a um policial militar é uma formação de que ele vem para matar, meu filho. Ele vem para matar e não interessa quem está na frente dele. Ele vem para defender a vida dele, porque é ele ou o outro que está na frente dele, com o componente racista de que o cidadão negro está sob suspeita, em potencial. E não adianta sua classe social, porque, no mínimo, se ele está num carrão, ou ele roubou o carrão ou ele é o motorista. Ele nunca vai ser o dono daquele carro, sem que ele seja abordado, decentemente primeiro, e apresente seus documentos.



Então, não adianta a gente ficar tergiversando nessa questão. O que nós precisamos saber, Ministra, é o que faremos diante dos quadros, dos diagnósticos, das informações, das pesquisas que estão sendo apresentadas para nós, que somos aqui paladinos das leis, para que essas leis se cumpram nos nossos limites de leis, para que nós possamos cobrar o Governo, no Estado racista que é, e possamos também olhar os negros que são militares, olhar os negros que são classe média, olhar os negros que são pobres, olhar os negros que estão viciados, os negros que estão no presídio, olhar essa questão da maioria penal e tentar, entre nós mesmos, resolver os nossos problemas, porque nós temos problemas, nós também temos, porque todos nós absorvemos essa cultura racista e a manifestamos.

Então, a minha preocupação hoje aqui é a de ter ouvido e acompanhado V.Exa., e tantos outros que têm vindo aqui e às outras Comissões, e perguntar para a Ministra o caso seguinte: a Ministra coloca que nós temos aqui que ter um núcleo, e que esse núcleo de formação é de agente para a cultura.

Já ouvimos aqui, também por outros expositores... Não quero fazer aqui uma contestação entre o debate de um ou de outro. Todos têm dado a sua contribuição, e cada um com a sua própria visão. Nós temos que parar de colocar futebol, ou esporte, ou mesmo a cultura, como elemento fundamental para combater a violência e mostrar que o Estado tem abandonado, evidentemente, essa juventude e que o Estado é o único responsável.

Eu, que tenho acompanhado, e vi agora a senhora colocar que são importantes — e são mesmo — as mudanças culturais, os reconhecimentos culturais para a boa convivência, para o relacionamento, quando a senhora coloca que o cabelo está relacionado à cor da pele... Então, é preciso que as pessoas entendam isso. Então, por conta disso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Para concluir, Deputada.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Eu vou concluir, Deputado. Eu estou concluindo, mas acredito que eu esteja também dando uma contribuição, apesar de não ser a palestrante e nem estar aviltando aqui os meus companheiros e companheiras, mas acontece que a gente precisa também ter nesta Comissão o contraditório das coisas, porque a gente ouve muito mais do que a gente pode



contribuir. Então, eu agora já estou me sentindo prejudicada, porque você tem dez contra e um, que nem sei se é a favor ou contra, mas que tem uma posição diferente e fica prejudicado — você tem dez que dizem que é diferente e, aí, você tem uma vez para falar, e pronto e acabou.

Então, eu quero também que a gente possa... O que eu quero sugerir é que a CPI possa... Não que possamos ter uma audiência pública junto com uma Comissão... Eu penso que regimentalmente isso não é possível, mas nós poderíamos, através das nossas Comissões — e a gente tem uma que trata da saúde da população negra, temos outras que tratam da saúde e da assistência à população negra —, fazer uma audiência pública, onde a CPI que cuida da violência da juventude pudesse também se fazer presente, até mesmo como palestrante, alguns de nós com visões diferentes, para nós tratarmos claramente das políticas públicas que precisam avançar para alcançar essa nossa população negra, para ajudar, quer seja na saúde, na educação, no combate à violência, para que os nossos negros e negras tenham segurança neste País.

Desculpe a minha empolgação na fala, mas é que a gente está esses dias todos batalhando, falando, brigando, mas a gente não tem realmente o espaço para que a gente possa se expressar. E como eu vejo a sua boa vontade, Ministra, de estar nesta Casa colocando as mesmas coisas, é preciso que a gente também tenha o hábito de acompanhar e prestigiar a presença em tempo integral em que os Ministros e Ministras estejam nesta Casa para podermos ter tempo para fazer o debate.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputada Benedita, eu gostei da provocação de V.Exa. Eu estou falando com a Relatora... Ela me autorizou porque é a Relatora que vai apresentar... Como nós temos uma proposta de apresentação de um plano decenal de enfrentamento a homicídios e violações de direito, o que eu combinei com a Relatora aqui? Evidente, se o Plenário concordar... Nós, no prazo de 1 mês, entregamos o esqueleto e vamos fazer um seminário nacional de 3 dias, no Nereu Ramos, por exemplo. Nós vamos montar um conjunto de mesas com todos os eixos, com todas as ações preventivas para os próximos



anos. A ideia, de fato, é de que a sociedade possa participar efetivamente, em especial quem conquistou esta CPI, que é o movimento negro organizado.

Então, nesse sentido, eu acho que seria uma forma de a gente democratizar e também ouvir para que, ao concluir a CPI, o projeto apresentado represente aí verdadeiramente, o olhar de todo o povo brasileiro, em especial dos movimentos organizados.

Então, eu acho que a provocação de V.Exa. tem sentido, e acho que a gente poderia organizar um grande seminário nesse sentido.

Com a palavra o Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, Sra. Relatora, Sra. Ministra, entendo a empolgação da nossa Governadora, Benedita da Silva, que tem sobretudo uma grande legitimidade, pela trajetória de vida, pela trajetória política, pela experiência alcançada ao longo de poucos anos que tem de atividade política. Isso dá uma legitimidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Ela é a mais jovem de todos nós, porque ela tem mais tempo de juventude. Então, ela é a mais jovem.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - É jovem há mais tempo. Isso dá uma grande legitimidade para as palavras enfáticas da nossa Governadora e Deputada.

Devo dizer que eu tenho um acordo com o plano de trabalho que a Comissão estabeleceu, desde o seu início, e que previu uma série de audiências públicas. Recordo-me de que, no começo, até temi pelo número de audiências públicas porque são todas intervenções muito importantes. E a minha impressão é a de que vai bem a Comissão.

A Comissão vai bem quando realiza as visitas nos Estados, tem ido bem quando faz as audiências ouvindo intelectuais, pesquisadores, movimentos sociais, artistas, militantes do movimento negro, gestores públicos. Eu considero que a perspectiva que nós temos é muito boa. Eu, diferentemente do meu querido amigo Damião Feliciano, tenho um horizonte muito positivo para o trabalho final que a Relatora seguramente vai nos apontar.

Gastamos um tempo refletindo sobre conceitos. É importante, porque sem definir quais são os conceitos sobre os quais vamos firmar as nossas ideias, nós podemos não chegar ao lugar adequado. Gastamos um tempo aprofundando os



números, entendendo as realidades. Sem conhecê-las, seria difícil uma conclusão. E gastamos um tempo ouvindo experiências concretas, seja do setor público, seja da sociedade, vendo a vida, refletindo sobre a vida concretamente.

Então, Sr. Presidente, eu queria cumprimentá-lo porque considero que a condução tem sido brilhante por parte desta Comissão. E eu quero fazer apenas duas reflexões. Primeiro, uma provocação que o nosso Presidente fez, quando retomou a palavra da Ministra, acerca do genocídio da juventude negra. Uma CPI tem um valor político, tem um sentido político. Eu considero que é muito feliz essa caracterização pela dimensão que ganhou no Brasil a violência contra a juventude negra. É um escândalo nacional a violência contra a juventude negra.

Portanto, a mim pouco interessa — me perdoe a palavra, Presidente — se a tipificação sociológica está precisa, mas eu considero que a sua iniciativa de propor esta CPI vai muito além das análises sociológicas. O senhor propôs a CPI pela gravidade do tema, não é? E seria correto, ao meu juízo, politicamente, caracterizar como genocídio da juventude negra, porque é uma denúncia feita pelo movimento social, de um lado, e é uma realidade brutal, que motivou a sua iniciativa.

Eu considero que mesmo essa tipificação política — não sociológica — já seria um ganho para que o Estado assumira a dimensão que deve ter o combate ao genocídio da juventude negra. Então, eu quero me somar, sim, com entusiasmo, com as duas perspectivas.

E para a nossa Ministra... Aqui, Ministra, nós estamos constrangidos o tempo inteiro porque acontecem dez atividades ao mesmo tempo, não é? Eu confesso que sou novato na Casa e me rebelo contra isso, porque você não consegue dar a devida atenção a todos os temas.

Então, falo neste momento e corro para um debate sobre reforma política, uma articulação da qual eu sou obrigado a participar, porque semana que vem esta Casa vai examinar essa matéria. Mas eu queria deixar uma provocação para a senhora porque eu conheço o Programa Juventude Viva. Eu o conheço. Talvez seja uma das principais iniciativas tomadas no âmbito do combate à violência no Brasil, ao longo do tempo, porque é uma iniciativa multifacetada, interfederativa, transversal.



Agora, qual é a minha pergunta? Na verdade é a minha questão: qual é o alcance do programa? Qual é a dimensão que o programa tem no tempo de hoje? Porque, Ministra, a senhora sabe que uma prioridade na política pública é diretamente proporcional ao investimento que é feito nessa política pública. E talvez aqui esteja um desafio — e o Congresso deve ajudar — de tomar medidas para elevar o alcance, já que conceitualmente... Eu pessoalmente estou de acordo com o programa, mas tenho dúvida se o alcance, o investimento, está no nível necessário para que nós possamos ter os melhores resultados. E aqui não se trata de orçamento da SEPPIR ou que tais, por quê? Porque a SEPPIR é uma grande conquista. Se não houvesse a SEPPIR, nós não teríamos na agenda de tantos órgãos federais o debate da promoção da igualdade racial. Se não houvesse a SEPPIR, nós não teríamos, em Estados e Municípios, tantos no Brasil órgãos singulares de coordenação de políticas de combate ao racismo. Então, a mera existência da SEPPIR já é extraordinária, isso da política pública. E evidentemente que todo órgão do Governo, um “dindin” a mais, vai aumentar a eficácia das suas iniciativas. Mas eu penso que não se trata disso exatamente. Trata-se de nós darmos alcance a essa política concreta, que não é outra.

Creio, Sra. Relatora, que uma indicação em que a gente poderia ajudar é sobretudo isto, para que o Governo dê ênfase em políticas de corte transversal — eu não gosto muito da expressão, mas vou usá-la, na ausência de outra — focalizadas no problema. É que esse problema, talvez, o foco não permita boas soluções, mas digamos assim, dirigidas para esse tipo de questão.

Creio que esse, Sra. Ministra, é um desafio. A senhora conte aqui com esta Comissão. Sinto que na Casa tem uma acolhida muito grande e espero que a gente possa contribuir com o relatório da CPI, com ação no Congresso, para que o seu trabalho, o trabalho do nosso Governo, seja cada vez mais exitoso.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Orlando.

Com a palavra o Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, Sra. Relatora, Exma. Ministra Nilma Lino, parabéns pela palestra.



A SRA. MINISTRA NILMA LINO GOMES - Obrigada.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Eu gostaria de começar a minha fala, parabenizando o Deputado que saiu ainda há pouco, quando falou das políticas públicas que não saem do papel, não saem de reuniões e, na prática, elas não existem. E iniciar também falando que eu me preocupo realmente que nesta Comissão nós venhamos a criar um rumo como o que sempre é colocado aqui, de genocídio. Eu não acredito, não comungo com essa ideia de que nós estamos diante de um genocídio.

Volto a repetir que nós temos, sim, como causa das mortes da nossa juventude a desestrutura familiar, a falta das famigeradas políticas públicas que não acontecem — elas são ficções — e o envolvimento, como consequência de tudo isso, da nossa juventude com o crime e com a droga.

A nossa palestrante falou da Juventude Viva, falou do projeto SEPPIR, que está no âmbito federal, estadual, municipal, mostrou algumas reuniões feitas, um vídeo. Faltou até de 11 Ministérios que trabalham para que essas coisas possam acontecer.

Eu diria, Sra. Ministra, que a questão das políticas públicas, como disseram o colega que me antecedeu e o primeiro que se pronunciou, elas realmente não acontecem neste País. Nós gostaríamos que elas saíssem das reuniões, que elas saíssem do papel, que elas saíssem das situações de fotos e até de vídeos, mas que elas se tornassem práticas e palpáveis. Nós gostaríamos que as escolas pudessem ter melhores preparos, pudessem ter gincanas, como era há muitos e muitos anos, para que pudessem estar integrando a nossa juventude, ensinando valores corretos de vida, para que pudessem estar espantando a sombra do racismo que ainda existe neste País — e com isso eu concordo — e a coisa pudesse se efetivar realmente. Eu sei que a política pública é, sim, a principal causa que inclusive leva à desestruturação da família, dentre outras causas também, e o envolvimento da nossa juventude com a droga.

Eu queria, como foi tocado por colegas aqui e fazendo referência inclusive à colega Benedita da Silva, quando enfatiza a questão do racismo e menciona a questão policial, eu diria, senhores pares, que a polícia não é treinada para matar. Eu fui polícia 30 anos e não fui treinado para matar. Já matei? Já. Matei para me



defender e defender cidadão de bem. O policial que vai para a rua, e é igual a qualquer cidadão, tem família, esposa, filhos e é treinado para defender a família, defender o bem e seguir as leis. E se na rua se deparar com bandido que quer lhe tirar a vida em uma questão de flagrante, ou de terceiro, e ele puder defender, vai defender, não vai morrer. Ele tem que se defender e tem que defender a família.

Como foi mencionada a categoria policial, eu diria que não existe o racismo como a intenção de ir para rua para matar ninguém. Os policiais não são policiais e não são treinados para isso. Os professores, que também foram mencionados, não são racistas. Eu estudei, na minha juventude, do jardim até o segundo grau em escola pública e não vi racismo nas escolas em que estudei. Vejo, sim, escolas que não têm investimento, que não têm investimento nos professores para serem mais bem qualificados e bem pagos, porque são eles que fazem a nossa juventude, eles é que dão a direção para a nossa juventude. Escolas que não têm estrutura para poder manter uma juventude com gosto dentro da escola... Hoje, se forem fazer as tais pesquisas que tanto fazem aqui, vão ver que o jovem não tem vontade de estar dentro da escola, porque se nós fizermos essa pesquisa e se nós tivermos um Governo que ponha dentro da escola estrutura e coisas que chamem a nossa juventude lá para dentro, nós vamos ter uma juventude que vai estar frequentando escola, vamos ter uma juventude que vai estar aprendendo valores corretos de vida, vai ter uma juventude que vai estar integrada entre raças, entre si, e não vai existir nada disso que nós estamos vendo hoje.

Os professores não são culpados, não, por nenhum grau de racismo que possa existir, e também a categoria de médicos. Frequentei muitos hospitais, públicos inclusive, tanto na minha juventude, porque meu pai era um cabo da Aeronáutica e não tinha, ele nem a minha família, recurso para ir a lugar algum que fosse pago, como cansei de levar pessoas, como policial, em hospitais públicos dentro da minha cidade, e não vejo, nos médicos, nenhuma intenção e nenhum posicionamento racista entre eles.

Só 1 minuto, Sr. Presidente; já vou encerrar.

Vejo, sim, os nossos hospitais, a nossa saúde podre, falida; vejo que os nossos hospitais não são estruturados e não têm a condição, tanto no âmbito federal, estadual e municipal, da demanda, de receber a população pobre que



precisa. Pode ir a qualquer pronto-socorro de atendimento neste País, em qualquer cidade, e você vai ver que o povo brasileiro não é bem atendido porque os hospitais não têm estrutura. E não é por falta de vontade nem por racismo da categoria médica.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Delegado Éder Mauro.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Eu penso que o primeiro passo seria nós reconhecermos que não existe democracia racial no Brasil. É o primeiro aspecto. O primeiro aspecto é a gente reconhecer que a escravidão não acabou e que, quando nós tivemos um processo, uma pseudoabolição sem qualquer tipo de indenização, de terra ou de renda, construímos o que é hoje essa desigualdade que atinge sobremaneira a população negra no nosso País.

Portanto, a primeira coisa é isto: a gente tem que reconhecer, porque se a gente não reconhece que há um racismo, um racismo microfísico, uma microfísica do poder, que vai se entranhando, vai se apossando do pensamento, vai se apossando da própria fala do discurso e vai, a partir da naturalização do racismo, se transformando e se consolidando, se a gente não reconhecer isso, é difícil que a gente possa avançar.

Se nós não reconhecermos que existe um genocídio de jovens negros, porque quem morre neste País são os jovens, e são jovens negros. A gente precisa reconhecer. Quem está lotando os nossos presídios são os jovens, e jovens negros; quem está lotando as unidades de internação das medidas socioeducativas são negros também.

Se nós não reconhecermos isso, nós estaremos criando um racismo sem fim e criando-se uma culpabilização dos jovens negros, porque estão sendo vítimas de homicídio. É como se o problema estivesse com os negros, porque, se eu não reconheço que há portas de vidro, paredes de vidro e tetos de vidro, eu não vou combater as paredes, as portas e os tetos de vidro, ou os grilhões de vidro, e eu também não vou socializar ou entender e contextualizar esse nível de desigualdade que existe no País. Eu vou atribuir aos jovens negros a responsabilidade única



porque não se mantêm vivos ou porque não chegaram ao topo do poder neste País. Então, nós vamos fazer uma cadeia de vitimização sem fim — sem fim! —, porque nós vamos responsabilizar os jovens negros por serem vítimas de um verdadeiro genocídio.

Então, essa é uma discussão absolutamente importante, para que a gente possa inclusive identificar os racismos. Eles foram tão naturalizados porque se disse que se podia sair da senzala e entrar na casa-grande. Só que ninguém disse que só se entra na casa-grande subalternizado; que só se entra na casa-grande de cabeça baixa; que só se entra na casa-grande falando para o lado; que só se entra na casa-grande sem o exercício da humanidade, que pressupõe a condição de sujeito.

Portanto, é muito importante que nós possamos estar atentos a isso, para que nós tenhamos, primeiro, penso eu, Deputado Reginaldo, o recorte de raça em todas as políticas públicas. Nós precisamos ter o recorte de raça, de idade e de territórios. Nós precisamos considerar os territórios e ter um feixe de políticas públicas naqueles que são mais vulneráveis. Mas nós não podemos mais pensar nenhuma política pública que, em nome da universalidade, negue as especificidades. Todas as políticas públicas têm que ser universais, de certo, mas têm que fazer os recortes das especificidades, inclusive o recorte de raça.

Por fim, penso eu, era preciso que nós construíssemos, a partir desta CPI, uma reunião com todos os seguimentos do Estado, para que houvesse o reconhecimento formal do Estado — e eu digo o Estado, o Poder Executivo, que já o reconhece, de certa forma, com o Juventude Viva —, mas também do Legislativo, do Executivo, do Judiciário e do Ministério Público de que há um nível de letalidade que se caracteriza como genocídio dos jovens negros. É preciso que haja esse reconhecimento formal, para que, a partir daí, nós possamos derivar em políticas públicas e criemos planos nacionais, estaduais e municipais para o enfrentamento do genocídio de jovens negros. É preciso que nós criemos planos com a intersetorialidade estatal e também a participação da sociedade civil, para que nós possamos criar as condições para que não tenhamos esse racismo sem fim e essa desumanização simbólica aguda, que se expressa, inclusive, naqueles que dizem que não há racismo neste País.



Então, se os negros estão morrendo, e eu encerro como comecei, a culpa é dos negros, e aí você vai culpabilizando e aprofundando os requintes da crueldade deste País, que ainda não fez o luto da escravidão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Kokay.

Com a palavra, o Deputado Dr. Jorge Silva.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - *(Ininteligível.)* É só para dizer que temos um novo painel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim.

O SR. DEPUTADO DR. JORGE SILVA - Presidente, primeiro, gostaria de cumprimentá-lo e parabenizá-lo pelo encaminhamento da CPI. Gerava-nos, no início, certa ansiedade, até porque se quer que aconteçam coisas rapidamente, mas eu acho que nós temos que ter capacidade e paciência. Enxergo que, com a sua experiência, a CPI está sendo conduzida de maneira que nós estamos avançando, do ponto de vista de se ter consciência do real quadro que existe.

Eu acho que esta CPI traz a oportunidade de se exteriorizar esse quadro que está aí, de racismo, em relação à população jovem negra. Eu acho que essa é uma grande oportunidade que o País tem de ver isso de maneira mais clara.

Eu, voltando à minha linha de raciocínio, aproveitando o Deputado Perondi, que aqui se encontra, nós, dentro da nossa linha, Deputado Perondi, que eu chamo de “deputado beija-flor”, com necessidade de estar presente em várias ações ao mesmo tempo... Antes de chegar à CPI, eu passei por uma discussão do FIES, de maneira rápida, por uma discussão do financiamento da saúde, também de maneira rápida, e vim para esta CPI, que era a que me interessava.

Aí, pegando um pouco da fala do Deputado Orlando e um pouco da fala do nosso Deputado Delegado a respeito das ações e da necessidade, a gente diz que não existe almoço de graça. Isso aí os economistas falam e colocam muito bem. Eu volto a falar: num País onde a gente tem um modelo econômico em que se usam 43%, 44% dos recursos orçamentários para pagamento de juros da dívida, nós terminamos envolvidos, rodando, procurando como implementar as nossas políticas públicas. Temos o diagnóstico, sabemos o que fazer e, infelizmente, não



conseguimos fazer com que essas políticas públicas cheguem onde elas têm que chegar.

Eu estava, aqui, vendo, na Internet, o PRONASCI — investimento de 6 bilhões de reais. Um dos locais de ações do PRONASCI é Belém, um dos locais que foi escolhido. A Capital do Espírito Santo também era um dos locais. O corte do PRONASCI... Trata-se de um programa do Ministério da Justiça, com outro foco, mas que tinha um corte de abordagem a jovens de 15 a 29 anos. Então, você vê que essa é uma ação também voltada para essa linha da violência em relação a esses jovens. Tivemos também o Programa Crack, É Possível Vencer, com uma programação de investimento de 4 bilhões de reais. E a gente roda, roda, roda, e não consegue haver...

Temos avanços, não podemos negar isso. Acho que os números não deixam que a gente feche os olhos para isso. Avançamos, mas nós temos ainda muito que avançar; não tenho dúvida disso.

Então, quero parabenizar a Ministra pela sua apresentação, pelos números, e espero que esse programa tenha sucesso. Tenho certa dúvida em relação ao investimento que é feito nisso.

Gostaria de terminar minha fala fazendo uma pergunta, para que V.Exa. possa abordar, em relação ao racismo: o racismo dentro da raça negra. Existe algum trabalho? Existe algo de que V.Exa. tenha conhecimento? Até abordaria a gente ver... Não sei se isto exteriorizaria como um tipo de racismo: negros que tenham uma ascensão social terminam se casando com pessoas da raça branca. Isso é um tipo de racismo? Isso é pelo fato de essas pessoas frequentarem ambiente onde a prevalência é de pessoas brancas? Eu gostaria que a senhora, como professora, como pesquisadora, fizesse uma abordagem em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Dr. Jorge Silva.

Estaremos no Espírito Santo no dia 1º, fazendo uma diligência e audiência.

Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Parabéns, Sra. Ministra. V.Exa. é excepcional.

Parabéns, Deputado Reginaldo.



Eu sou suplente aqui. Eu gostei da definição do Deputado Jorge — “deputado beija-flor”. Eu priorizo, nesta loucura, Comissões: a Comissão de Seguridade, a CPI da PETROBRAS e a Comissão da Maioridade Penal. Eu sou suplente aqui; então, eu apenas contribuí algumas vezes para dar quórum; no começo, e é a primeira vez que eu sento. Então, eu peço desculpa e, ao mesmo tempo, estou me justificando e vou continuar assim. Hoje, eu pedi para a minha secretária puxar todo o material acumulado para eu ler este fim de semana, se eu conseguir ler. Com o trabalho lá na Comissão que trata da redução da maioria penal, e eu sou absolutamente contra, eu estou aprendendo, orientado pela técnica Marinete, que está aqui atrás de mim, e por sua chefe, Angélica, que falar em redução da maioria penal é falar da penalização do jovem, do jovem negro, do jovem pobre principalmente, não é? E isso eu estou introjetando cada vez mais, estou lendo cada vez mais.

E até houve uma sugestão, Deputado Reginaldo, de levar, se o Presidente lá aceitar, à Comissão nossa, um cérebro que vocês têm aí, um consultor cérebro, de quem eu não guardei o nome, para falar do mapa da violência.

O grupo de Deputados e Deputadas na Comissão que é contra é minoria. Nós somos contra. Vamos precisar da ida de vocês lá ou de um encontro desse profissional, para reforçarmos os nossos argumentos na luta lá. O trabalho de vocês vai ser fundamental.

Ela disse que o nosso trabalho é importante para vocês. Eu acho que uma Comissão ajuda a outra. Mas acho que, neste momento, como substrato, é fundamental que, na Comissão de Maioridade Penal, os Deputados do grupo e também os Deputados que são a favor entendam isso. Eu leio argumentos contrários. Há colegas que estão aqui e lá. É preciso conhecer claramente esses números assustadores da vitimização do jovem e mais especificamente do negro e pobre.

Este é um momento importante desta Casa, que ferve, Sra. Ministra, ferve. Eu sou Deputado há 20 anos. O Deputado Reginaldo é um pouco mais novo do que eu aqui na Casa. Quantos anos, Deputado Reginaldo? Doze?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Treze anos agora.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Treze.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sabe que V.Exa. foi atuante, muito militante na Comissão Especial que elaborou o plano, o estatuto, a PEC da Juventude em 2003. V.Exa. tem história aqui.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Não, mas não foi tanto, não foi tanto. Eu focava muito na saúde naquela época. Agora que eu estou fazendo umas opções, não desfoquei, mas estou fazendo outras opções.

Então, este momento é muito rico. Eu nunca vi esta Casa ter tanta Comissão Especial, tanta CPI, tanta discussão, projetos que estavam na gaveta, projetos sobre a redução penal, o que eu não quero, foram colocados. Mas ele veio à discussão, e vamos enterrá-lo, se tudo der certo definitivamente. Então, há uma efervescência. Nós estamos sentindo aqui e lá. É um momento muito bom.

Ontem, nós ouvimos dois delegados e um juiz federal, o Dr. Castelo Branco. A delegada, contra a redução, falou que o ECA precisa ser revisto. O Delegado Chefe da Infância e Adolescência defende a redução, mas sem argumentar, colocando toda a sua angústia. Nenhum falou disso, minto: só no fim os dois delegados falaram da questão da insuficiência de recurso. Eu acho que essa é a batalha. A educação venceu, agora está numa crise impressionante, que disparou a disputa do FIES. Mas a educação ainda avançou, o Bolsa Família avançou, porque havia um interesse bem específico, outras áreas também avançaram. Mas a luta da saúde a gente perde. A educação agora está numa crise, mas ela avançou. A assistência social e alguns programas de interesse direto do Governo avançaram. Mas quanto à questão do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo — SINASE, esse recurso é paupérrimo, é paupérrimo! Aí, passa por mais recursos. De segurança eu não falava, agora estou começando a falar — eu entrei nesta Comissão —, segurança, recursos para o SINASE, isso não existe. O SINASE não existe, é troco. Então, nós temos também que levar isso. E perpassa por isso também o que vocês estão levantando.

Parabéns pelo trabalho! Parabéns pelo trabalho!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Darcísio Perondi, nós estamos à disposição. Se a Comissão assim entender, e formos convidados, nós estaremos lá.



Eu quero passar a palavra para a Ministra.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, parece que abriu a Ordem do Dia, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Então, não serão mais colocados os requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Na Ordem do Dia, nós não podemos votar, com certeza.

Quero passar a palavra para nossa Ministra.

A SRA. MINISTRA NILMA LINO GOMES - Eu quero agradecer a cada um e cada uma que se manifestou, cada um dos Deputados e cada uma das Deputadas, e dizer que essas são perguntas que eu poderia ficar aqui o dia inteiro para conversar com as senhores e os senhores, e viria, com muito prazer, porque esse é o meu trabalho, é a minha missão. Eu ouvi todos os depoimentos e as questões e tenho talvez algumas falas mais gerais que abarcam a todos e a todas e depois algumas questões mais específicas.

Quanto à questão do racismo no Brasil, que vários colocaram, eu queria destacar o seguinte: nesta sala aqui agora, entre as pessoas que aqui estão, pode haver negros e negras, brancos e brancas, mestiços e mestiças, pode haver pessoas de origem indígena ou de outras origens. Mas imaginem — e as senhores e os senhores já estão há muito tempo aqui nesta Casa, muito mais do que a minha presença hoje em Brasília — há 15 anos. Será que nós conseguiríamos esse público aqui para discutir essa questão? Não vou muito longe, 15 anos. Não é isso?

Temos que pensar sempre em processo histórico para entender que um País que nós reconhecemos hoje que tem intensas desigualdades, em que nós estamos lutando para superar essas desigualdades e que custou muito a reconhecer o racismo como um crime inafiançável, imprescritível, art. 5º, inciso XLII, da nossa Constituição Federal, nós ainda temos muito que caminhar.

Agora o que eu acho interessante no momento que nós vivemos na sociedade brasileira é que, há tempos, quando nós pensávamos nessa caminhada,



nós achávamos que ela era só da população negra ou era só do movimento negro, uma caminhada para superar o racismo, não era uma questão da sociedade brasileira. E um dos principais avanços que eu vejo no Brasil, e que esta Casa também tem ajudado a construir legislações que dizem respeito a esse tema, é o reconhecimento de que o racismo é uma questão, um fenômeno que atinge a todos nós.

Nós temos um intelectual que hoje é mais lido, mas ainda fica marginal, muitas vezes, nas nossas áreas de ciências sociais, humanas, chamado Frantz Fanon. Geralmente, quando nós pensamos na questão do racismo, nós pensamos nos negros, nas negras, na tensão entre brancos e negros, etc. Mas nós ainda temos que caminhar muito em nossa sociedade para entendermos como que esse racismo afeta todos nós e toda a população branca. Como esse racismo impregna? Frantz Fanon fala aqui uma frase cortante. Ele diz: *“O branco está aprisionado na sua própria brancura”*.

E nós temos hoje estudos sobre outro fenômeno que caminha lado a lado com o racismo: o fenômeno da branquitude. Temos pouquíssimas produções no Brasil. São muito mais produções norte-americanas. E o que é a branquitude? Nós temos uma estudiosa, psicóloga social, chamada Cida Bento, que tem um livro organizado com várias autoras sobre a questão da branquitude. Na realidade, melhor dizendo, ela faz parte desse livro. E ela também tem uma fala, inspirada talvez em Frantz Fanon, sobre o que acontece na perversidade do racismo, como ele envolve todos nós e não somente a população negra, do negro para o negro, etc. Cida Bento vai falar o seguinte: que nós vivemos nas sociedades cujo fenômeno do racismo incide principalmente, com mais contundência, numa situação que é chamada de privilégio simbólico da brancura.

O que é o privilégio simbólico da brancura? É quando numa periferia — vou dar um exemplo — há negros e brancos morando — vamos para a nossa juventude? —, jovens negros e jovens brancos pobres, e, quando a representação negativa vai recair sobre esses dois jovens que nasceram no mesmo espaço, frequentaram a mesma escola pública, estão nas mesmas condições de vida, a tendência recai na representação negativa muito mais sobre o jovem negro do que



sobre o jovem branco. Por quê? Acaba que isso vira um privilégio simbólico, independente da sua classe social, do seu grau de escolaridade.

Quando a sociedade brasileira olha ou quando setores da sociedade querem — nós também somos da sociedade brasileira e estamos lutando contra o fenômeno do racismo — mas, quando uma parte da sociedade brasileira, que está eivada de dimensões e da mentalidade racista, olha para esses dois sujeitos, ela não vê ali dois jovens sujeitos de direitos, mas, em primeiro lugar, a cor, que ela associa a algo negativo e depois — e às vezes não o vê — o jovem que ali está.

Por que eu estou falando isso? Porque a perversidade do racismo é de tal ordem — e aí respondendo ao Deputado Jorge, que nos colocou a questão do racismo do negro contra si mesmo —, a perversidade do racismo é de tal ordem, Deputado, que invade até mesmo a esfera das nossas escolhas afetivas, sexuais. Imagina, se nós conseguimos pensar assim: *“Mas por que negros, quando ascendem, casam-se com brancas?”* Não são todos, mas a gente sabe que há, porque há a mídia aí também. Há uma leitura da mídia, isso a mídia joga em cima da gente. Por que alguns negros não se identificam com o próprio grupo étnico-racial? Por que essa esfera da vida emocional e sentimental, que é uma esfera muito íntima e privada, também está sob a suspeição do próprio racismo? Essa é a forma de o racismo se propagar. O fenômeno é tão perverso que ele pode interferir nas nossas escolhas.

Vamos pensar ao contrário: a quantidade de brancos que se casam com negros. Será que ela é tão significativa assim em nossa sociedade? Há casamentos inter-raciais. Em *Racismo Cordial*, uma pesquisa publicada pela *Folha de S.Paulo*, perguntava-se: *“Você é racista?”* *“Não, não sou racista.”* *“Existe racismo no Brasil?”* *“Existe racismo no Brasil.”* *“Você deixaria sua filha se casar com um homem negro?”* *“Não”*. Por que será?

Então, eu acho que são estas questões, Deputado: a existência da SEPPIR, a construção de políticas públicas, a discussão com o movimento social significam nos libertar. Quando nós superamos o racismo, nós nos libertamos porque ficamos aprisionados. Será que eu posso me relacionar com essa pessoa desse outro pertencimento étnico-racial? Será que isso é prudente? Como as pessoas vão me ver? Como a sociedade vai nos ver também? Filhos de casamentos inter-raciais



sofrem racismo, sobretudo quando eles têm na sua cor da pele muito mais a expressão da negritude do que da brancura, digamos assim. São situações muito comuns em nosso País.

Nas minhas pesquisas, entrevistando professoras e professores, algumas professoras, que são frutos de casamentos inter-raciais e que, na sociedade brasileira, podem ser consideradas mestiças, mas que elas, construíram a sua identidade como identidade negra — porque identidade é um processo de construção, é um processo político também, cultural —, deram vários depoimentos falando que, com uma mãe branca e um pai negro, por exemplo, várias vezes, quando eram adolescentes e estavam com essa mãe branca, eram confundidas como umas filhas adotivas ou empregadas.

Então, esse tipo de coisa que parece natural. Quando nós checamos a pessoa, falamos: *“Mas por que você acha isso?”* Muitas vezes, antes de reagir violentamente, é muito interessante perguntar para o autor do racismo, da discriminação ou do preconceito: *“Por que você acha isso? Por que você está falando isso comigo?”* Aí nós vamos entender que há uma representação construída, e essa representação sai, flui em nosso País. Por isso é importante que nós construamos as políticas de promoção de igualdade social e de superação do racismo, porque essas são formas de reeducar a nossa sociedade.

Isso é muito interessante, porque algumas pessoas têm resistência a esse tema, a essa discussão. Parece que nós estamos acusando a sociedade brasileira quando falamos: *“Existe racismo em nossa sociedade”*. Não, na minha concepção, nós estamos ajudando a sociedade brasileira, porque um passo importante para superar uma situação é reconhecê-la como existente, reconhecer se é uma situação negativa que nos prejudica como sociedade, como pessoa humana. Por isso, nós temos que criar ações para essa superação.

A outra questão que eu queria colocar diz respeito a várias que foram colocadas aqui para mim. O Deputado Feliciano, infelizmente, saiu. Eu gostaria muito de responder na presença dele. Eu sei que os Deputados têm muitas outras atividades concomitantes, mas eu não posso dizer que nós não estamos avançando. Eu penso que é uma injustiça conosco, como sociedade brasileira, não é só com o Governo não, porque somos nós, sociedade brasileira, responsáveis pelas



mudanças que acontecem em nosso País. Nós discutimos, nós pressionamos, nós nos mobilizamos, nós ajudamos a formular leis, não é isso? Nós construímos coletivos. Eu posso entender que a gravidade do problema e da situação é tal que nós ainda temos que fazer muito para superá-la, mas eu não diria que nós não estamos avançando.

Como eu falei da vez que eu vim à Comissão Geral, Deputado Reginaldo, eu sou filha de um pai ferroviário, arrimo de família, e de uma mãe bordadeira. A minha infância sempre foi uma infância pobre, minha família mora na periferia de Belo Horizonte. E eu volto àquela casa, na periferia. Eu fui da liderança do movimento de bairro, etc. E hoje o que a gente tem naquela região? Eu vou dar um exemplo simples. Temos maior arborização, e antes não havia nem espaço para as pessoas usufruírem de um ar melhor. Nós temos maior arborização e nós temos obras que foram realizadas pelo planejamento participativo e que chegaram à periferia. É claro que a periferia no Brasil ainda é imensa, mas, se nós falarmos que — eu, Nilma, vivi sempre em periferias — a situação é idêntica à de 20 anos atrás, nós estamos falando contra a nossa própria luta por avanços na sociedade.

O que acho que nós temos que fazer — e é o que está correto — é reconhecer onde estão os gargalos, onde está a maior vulnerabilidade, onde precisamos de mais políticas públicas intensas, onde precisamos de políticas públicas afirmativas que caminhem junto com as políticas sociais e devemos construir isso conjuntamente.

Se há outra coisa que eu acho que é ganho para a nossa sociedade brasileira nos dias de hoje é exatamente o que o Deputado Reginaldo Lopes abriu a sua fala dizendo. Ele abriu a fala dizendo o seguinte entender que esta CPI tem apontado para a necessidade de ações coordenadas e articuladas — não é isso? — entre os diferentes agentes públicos e entre os diferentes setores e agentes do Estado, porque, como eu falei ali, o problema é multicausal.

Então, não adiantam só a CPI, só a SEPPIR, só a Secretaria Nacional de Juventude, não! Nós temos que entender que esse fenômeno da mortalidade da juventude negra afeta todos nós, mesmo que eu não seja negro, mesmo que meus filhos jovens não sejam negros. Como sociedade brasileira, na hora em que nós compreendermos que deve haver a articulação e o trabalho conjunto com críticas,



com sugestões, com avanços — é disso que uma sociedade democrática necessita e precisa —, nós avançaremos mais.

Então, eu penso também que nós não podemos esquecer — um Deputado também já mencionou isso — o Bolsa Família, o que significa o Bolsa Família, e isso não é propaganda. A minha família, no interior de Minas, mudou de vida com o Bolsa Família. Eu estou falando de experiências pessoais. Sinto muito, desculpe-me, mas há questões que não são só de um vídeo que está passando, são da vida.

Quando eu passei o vídeo, ele mostrou o que é o Núcleo de Formação de Agentes de Cultura da Juventude Negra — NUFAC, o que o núcleo faz. Aqueles meninos que estavam lá são jovens que participaram de ações do núcleo e não participaram somente de ações culturais, participaram também de ações com vistas à profissionalização dos nossos jovens negros. Ali, vimos escolas, vimos espaços de lazer. O núcleo é isso, é uma integração, porque nós não podemos esquecer que o que diferencia a política do Plano Juventude Viva é que ela é uma política de prevenção, de cuidar dos jovens que estão vivos, cuidar dos jovens da periferia, cuidar desses jovens negros para que eles não sejam expostos a situações de vulnerabilidade.

Quando o estudante está na escola, quer queiram ou não, as pessoas podem até discordar, mas a escola protege aquele estudante, é um direito, e o protege da situação de vulnerabilidade. Quando esse jovem está participando de um programa de lazer, de um programa cultural, etc., ele não está exposto a situações de violência, de vulnerabilidade e de tráfico, que nós sabemos que também é um grande problema da sociedade.

Eu não estou dizendo que o espaço público é bom e que a rua é ruim. Não é isso que eu estou falando, porque senão a gente demoniza a rua, e eu brinquei na rua, aprendi muita coisa na rua, acho que vários senhores e senhoras aqui também o fizeram. A questão é: qual o grau de desigualdade e qual o grau de violência que as sociedades modernas hoje participam, vivenciam, não é só no Brasil? Isso é um fenômeno desse contexto nosso. E o que nós temos que fazer para trazer segurança para as ruas, trazer segurança para as pessoas que transitam na rua e para que essa rua não seja demonizada?



Outra questão que eu acho importante que os senhores e as senhoras saibam — e acho que sabem, é claro — é que o Ministério da Justiça está elaborando uma proposta de pacto para redução de homicídios.

Então, nós temos um plano que é de prevenção. Embora possam pensar que os dados não significam nada, eles significam muito, são os próprios dados que vão mostrando que, além da prevenção, nós também temos que ter políticas de redução. E essas políticas têm que ser coordenadas, ter um efeito e uma relação articulada entre os diferentes entes e os diferentes setores, porque senão nós não vamos conseguir ter um resultado a bom termo.

Essa é uma questão que eu queria colocar. Agora, saindo da prevenção, vamos, junto com o Ministério da Justiça, participar de um pacto para a redução de homicídios. E esse processo não teria acontecido se nós não tivéssemos diagnósticos, pesquisas socializadas só no âmbito acadêmico ou só dentro do Governo. Então, a população tem acesso a esses dados. E isso faz com que o controle social também funcione muito mais do que quando as pessoas não têm esse dado e não têm a possibilidade da transparência pública de colocar à disposição de todo e qualquer cidadão e não somente dos pesquisadores ou dos agentes públicos dados sobre a nossa realidade brasileira, sobretudo em relação à mortalidade dos nossos jovens negros.

Eu também gostaria de citar que a sociedade tem avançado no entendimento das ações afirmativas. Nós temos hoje duas legislações nacionais que não existiam, a Lei de Cotas para universidades públicas, que abrange jovens negros, jovens indígenas, jovens quilombolas, jovens com uma renda inferior à condição de vivência digna em nosso País. Nós temos agora a Lei das Cotas para concursos públicos.

Participei com o Ministro Lewandowski da assinatura da resolução para os próximos concursos do STF e do CNJ. Eles já adotarão a resolução, já seguirão a legislação, e isso está em discussão em vários outros Tribunais, Ministérios e agentes públicos de administração direta e indireta. É um avanço, não podemos negar.

Também gostaria de lembrar que a SEPPIR tem uma ouvidoria. Essa ouvidoria participa junto com as outras ouvidorias dos outros Ministérios. Inclusive,



em relação ao futebol, está em curso na nossa ouvidoria da SEPPIR uma ação, um acordo junto à CBF para que juntos possamos dar encaminhamento à situação de racismo no esporte que nós temos visto. Isso já está em curso. E nós estamos trabalhando junto à CBF para realizar isso.

Esse é um papel da SEPPIR, um papel de articulação transversal. Esse não é um Ministério fim, é um Ministério meio. É importante envolvermos, junto com a Secretaria-Geral, 11 Ministérios com ações diferenciadas. E esses 11 Ministérios compreendem que é necessário um pacto, um trabalho conjunto para superação da situação da mortalidade dos jovens negros. Esse é também um papel da SEPPIR e é também um resultado da política de articulação. Ela é muito difícil. Aqui na Câmara dos Deputados, eu não preciso nem dizer, as senhoras e os senhores sabem muito bem como é difícil o trabalho de articulação, mas sabem também reconhecer os avanços que esta Casa já teve com as ações de articulação.

O que eu ouvi agora do Deputado Darcísio Perondi eu acho muito importante, muito salutar. Agradeço ao senhor por estar aqui e por trazer esse depoimento. Outra Comissão que existe nesta Casa trata de um tema que eu já falei aqui que afeta e tem relação direta com o que nós estamos discutindo nesta CPI. E o trabalho articulado é o que vai fazer com que nós consigamos, na minha perspectiva, defender os nossos adolescentes e jovens. Eles precisam de nós. Os nossos adolescentes e jovens negros precisam de nós, para que, daqui a um tempo, possamos ter esses sujeitos sentados nesta sala, nesta mesa, na condição de Ministros, Deputados, médicos, médicas, etc. A proporção de negros que já começa a chegar a esses setores tem aumentado, mas ainda é pouco. Perto de quê? O que eu mostrei? Cinquenta e três por cento da nossa população negra.

Muitas vezes as pessoas falam: *“Ah, mas o racismo não aconteceu com a senhora, Ministra, porque a senhora chegou a ser Ministra, chegou até esse lugar. A Deputada Rosângela Gomes chegou a esse lugar, etc., etc.”*.

O que nós queremos como população negra e cidadãos e cidadãs brasileiros é que não sejamos exceções de uma regra perversa. Que nós olhemos para a sociedade, e essa linda diversidade cultural, ética, racial que nós temos se expresse nos diferentes setores da sociedade. E nessa diversidade, eu queria destacar um ponto. Eu tenho participado, na minha trajetória também como educadora, da



elaboração de vários documentos das nossas conferências nacionais de educação, e o eixo que discute a questão da diversidade foi um eixo cujo texto foi elaborado por mim e depois trabalhado pela sociedade. Eu fiquei muito contente quando foi preservado nesse texto um ponto. É muito difícil definir diversidade, mas é importante construir a partir da leitura de vários autores uma concepção de que a diversidade, o conceito de diversidade é uma construção social, cultural, política, histórica das diferenças.

Então, as diferenças que eu vejo a olho nu e que eu identifico as pessoas, na realidade, é uma construção. Assim me ensinaram, eu aprendi a ver assim. Então, nós aprendemos a ver esses jovens negros como cidadãos perigosos, etc., mas na realidade eles estão sendo vítimas. É o que nós mostramos aqui.

Há uma frase de um antropólogo chamado Franz Boas, que é a seguinte: “O olho que vê é o órgão da tradição”. Nós não olhamos por nós mesmos, há uma série de pessoas que passaram por aqui e que nos ensinaram formas de ver o outro, formas de ver o mundo, forma de pensar o que é negativo, o que é positivo, o que eu excluo, o que eu incluo, formas de classificação da vida e das pessoas.

Então, quando a diversidade é entendida como essa construção, ou seja, entre aspas, uma “invenção da cultura”, uma “invenção da sociedade”, há outro fator que é muito importante e diz respeito ao que a CPI tem feito e tem discutido e que é não há nada de mais com a diversidade e as diferenças, nada de mais com classificações: branco, negro, mulher, indígena, etc. Nada de mais com isso, isso é próprio da cultura. O grande problema é que nós muitas vezes esquecemos que essa diversidade é construída nas relações de poder.

Carlos Rodrigues Brandão, outro antropólogo, fala que nós inventamos a diferença no outro para torná-lo inimigo, muitas vezes. Aquela diferença não existia, mas, no contexto das disputas das relações de poder, a sociedade vai construindo isso até que elas quase se naturalizam. Não há nada natural, tudo é construção, mas parece que elas se naturalizaram, e aí as gerações vão passando. Se a sociedade não intervém, se o poder público não intervém, se aqueles que podem intervir não fazem uma ação incisiva, essa situação desse olhar vai se repercutindo, repercutindo.



Então, assim como nós aprendemos com o olho da tradição a caracterizar aquilo que nós achamos que é rico, que é positivo etc., etc., também o olho da tradição nos faz aprender que os outros são negativos, são perigosos, são inferiores, etc.

Eu gostaria de destacar, para a gente compreender, então, outra questão que foi colocada. Será genocídio? Será mortalidade? Qual é o melhor conceito? Eu diria, Deputado Reginaldo, que o movimento negro, junto com outros setores da sociedade brasileira, construiu o conceito de genocídio para falar da situação dos jovens negros.

Há questões, do ponto de vista do poder público, que se relaciona com esse conceito, que são declarações internacionais que já definem o conceito de genocídio e que, aplicado à nossa situação, acaba não dizendo tudo do que se pensa internacionalmente sobre o que é um genocídio, mas o movimento que está lá, o movimento que sente, o movimento que vê, também constrói os seus discursos e os seus conceitos. Então, do ponto de vista da nossa leitura, nós trabalhamos com o conceito da mortalidade da juventude negra.

Por que trabalhamos também com o conceito da mortalidade? Porque é muito importante, ao escolher um conceito — conceito é escolha também, porque há várias perspectivas —, principalmente quando o tema é muito denso e muito complexo, escolher um que tenha uma interpretação mais rápida pelos mais diversos setores com os quais nós vamos dialogar. Quando o conceito também traz polêmicas, falando de poder público, quando ele traz muita polêmica, as pessoas se perdem na briga pelo conceito e se afastam daquilo que a gente quer fazer.

Então, eu diria, com relação à sua pergunta e com relação à Deputada que também colocou a questão do orçamento — mais orçamento é sempre bom, ninguém vai recusar —, que, no caso da SEPPIR, é aquilo que eu falava inicialmente, aquela minha reflexão: também nós entendemos que o nosso orçamento aumenta, digamos assim, quando as políticas de promoção da igualdade racial são realizadas pelos outros Ministérios também, porque é recurso orçamentário, público que está entrando ali. Hoje, quando temos uma comissão que discute saúde da população negra, no Ministério da Saúde, e ações dali decorrentes, temos ações de promoção da igualdade racial. E a SEPPIR tem de



fazer esse trabalho. Quando temos várias ações do Ministério da Educação que dizem respeito à promoção da igualdade racial, e ali há um orçamento daquele Ministério, ali também é o raio de atuação da SEPPIR na construção de políticas de igualdade racial.

Eu diria que a SEPPIR tem trabalhado com o Orçamento, e também esta Casa tem contribuído com as emendas. As emendas parlamentares também nos ajudam, ajudam os cidadãos e as cidadãs, e nós estamos em um momento de pensar em como aperfeiçoar a execução dessas emendas pelos sujeitos que fazem parte de Secretarias como SEPPIR, a Secretaria de Direitos Humanos, etc.

Muitas vezes, os órgãos de promoção da igualdade racial, os órgãos ligados à temática e que participam das emendas são órgãos que precisam, inclusive, de mais vitalidade, do ponto de vista técnico, etc. e, muitas vezes, isso prejudica o fim de uma emenda parlamentar que chega até nós.

Então, nós, na SEPPIR, estamos muito empenhados em entender essa realidade e em pensar, via nossos editais públicos, no Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial — SINAPIR, em entender que os entes federados podem também apresentar projetos de fortalecimento institucional, de formação de gestores e gestoras, de formação da equipe técnica, para poder, dentre outras coisas, também saber fazer a execução orçamentária, que é tão necessária, das emendas destinadas.

Outra questão foi colocada aqui pela Deputada Benedita. Eu penso, Deputada Benedita, que nós estamos justamente, ao mapear o desafio do próprio plano, o desafio das ações voltadas para a superação dessa mortalidade da juventude negra, fazendo o redesenho do plano.

A ideia do redesenho do plano é que as ações que nós já temos realizado e que têm se mostrado bem-sucedidas, que nós possamos ampliá-las, que outras ações entrem e que a gente passe para uma fase seguinte, que é a redução da mortalidade.

Então, chegar a essa conclusão e ter essa conclusão acordada nos mais diversos setores no Brasil, não só pela militância, já foi um avanço do plano. Vimos o vídeo aqui do NUFAC. O que a gente viu ali? Nós vimos jovens negros e negras em situação de horizontalidade, como qualquer outro jovem. Não eram cenas de



violência, não eram cenas de criminalidade, mas cenas de trabalhos de prevenção para que esses jovens tenham o direito de viver e não virem, daqui a pouco, taxa de mortalidade.

Nós estamos caminhando nesse sentido, e a SEPPIR se coloca sempre à disposição desta Casa para esclarecer, para trazer nossa contribuição, para responder às questões que aqui são colocadas, assim como para a sociedade.

Dentro desse trabalho transversal que a SEPPIR tem de fazer, nós temos também a articulação com os movimentos sociais e com os outros órgãos da sociedade. Então, costumo dizer que a transversalidade da SEPPIR é para dentro e para fora também. Por isso, as caravanas também. Por isso, nós estamos fazendo parte. Então, todas essas ações descortinam para nós como está hoje a nossa realidade racial, a nossa realidade socioeconômica, quais são os gargalos, como falei, em que temos que atuar e como devemos atuar, quais parcerias fazer.

Quando, em 2012, o plano acontece, com essa articulação e com aquelas ações que eu coloquei ali, já é um avanço de nós hoje reconhecemos, como Estado brasileiro, que temos uma questão de Estado que diz respeito à mortalidade dos nossos jovens.

Então, nesses 3 anos, a ideia e as ações de prevenção foram sendo realizadas e, agora, no decorrer deles, na discussão da CPI, nas discussões com os outros órgãos, há um acordo de que a fase seguinte terá de ser a fase da redução, e aí nós temos que construir juntos o que vamos fazer, o que a educação vai fazer.

E finalizando para o Deputado Delegado, de forma alguma eu culpabilizo os professores, os médicos, os advogados, dizendo: olha, são todos racistas. De forma alguma. Primeiro, o racismo está presente em toda a sociedade. Então, ele está na nossa mentalidade social, em todos nós. Ninguém fica livre dele. O que a gente tem hoje é uma conscientização maior de muitas pessoas, para além do movimento social negro, de que esses atos discriminatórios, as injúrias raciais existem e não são naturais. Elas dizem respeito a uma representação, ao lugar que essas pessoas estão, associam-se à questão socioeconômica, associam-se à questão de gênero e sexualidade. Associam-se a isso tudo. Então, hoje, quando nós reconhecemos a problemática que está envolvida e pensamos um plano que irá atuar nessas



questões, criando uma articulação, esse é um passo importante para uma mudança na nossa sociedade.

Nós sabemos que essa mudança não aconteceu ainda, mas acreditamos que estamos no momento em que ela se torna imprescindível para a garantia da democracia, imprescindível para a garantia da vida, imprescindível para a garantia da dignidade humana. E esse é um passo muito importante que a sociedade brasileira tem dado, com todos os desafios, com todos os limites, com toda a complexidade.

Eu fico muito feliz de saber, como ativista do movimento negro, que o movimento negro tem nos ajudado, como eu falei, a reeducar a nossa sociedade, a nos reeducar para pensar não só em denúncias, mas em denúncia, enfrentamento, combate e superação. É possível superar. É possível superar racismo, e é isso que nós estamos fazendo aqui.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Relatora Rosângela Gomes e Ministra Nilma Gomes.

Primeiro, quero pedir desculpas por chegar só agora nessa audiência. Está acontecendo aqui na Câmara o XII Seminário LGBT que, nesta edição, está tratando do tema da empatia. A abertura aconteceu ontem, com a primeira Mesa, e hoje houve uma Mesa de manhã. Eu estava coordenando essa Mesa, por isso só agora eu estou chegando aqui. Mas fiquei muito feliz de a senhora estar aqui ainda e de a nossa Relatora estar aqui e de alguns membros da CPI estarem aqui, porque eu trago uma denúncia séria em relação à qual esta CPI vai ter que se posicionar. Do contrário, eu vou me desligar dela, se a CPI não se posicionar em relação a isso que eu vou contar aqui.

Na última sessão desta CPI, na última audiência desta CPI, na semana passada, nós ouvimos alguns profissionais ligados à segurança pública e, durante essa audiência, nós tratamos de vários aspectos que dizem respeito à segurança pública, sobretudo da relação dos agentes da segurança pública com as representações da negritude e da periferia nos programas de televisão e de como



essas representações da negritude, nos programas de televisão, nos programas noticiosos que tratam da criminalidade, engendraram uma mentalidade racista, construíam um imaginário racista.

A minha fala, naquele momento, para os agentes da segurança pública foi: *“Então, existe um imaginário impregnado, sobretudo nos agentes das forças de segurança, de que uma pessoa negra e pobre é potencialmente perigosa ou mais perigosa do que uma pessoa branca”*. Isso está claríssimo. Eu estou dizendo que existe esse imaginário engendrado por representações negativas de que as pessoas negras e pobres são mais perigosas do que as brancas.

Bom, essa fala está clara. Todo mundo sabe que eu sou um dos Deputados mais ativo no combate ao racismo aqui nesta Câmara, antes mesmo da constituição desta CPI, mas um membro desta Comissão pegou a minha fala, fez uma edição criminosa desse vídeo e colocou nas redes sociais, e os órgãos de comunicação ligados a ele, no Estado dele, no Pará, reproduziram isso como se fosse verdade. Ele eliminou a primeira parte da minha fala e dá a entender que eu afirmo categoricamente que as pessoas negras e pobres são mais perigosas dos que as pessoas brancas. Uma edição grosseira que a gente não pode permitir, porque eu não me sinto seguro mais nesta CPI quando as minhas falas serão manipuladas criminosamente e colocadas nas redes sociais e apoiadas por órgãos de imprensa ligados a Parlamentares que são criminosos e não Parlamentares, porque quem fraudar um documento público — e essas falas aqui são documentos públicos — está incorrendo em crime. E ele não pode dizer que não sabia que foi editado porque está na página pessoal dele a publicação. E não só isso, ele colocou também em circulação a versão desse vídeo no Whatsapp. Nós já acionamos a Justiça. Já fizemos uma denúncia formal, mas eu exijo que esta CPI faça uma moção de repúdio e um comunicado público de que esse documento foi alterado e que avaliemos, inclusive, entre nós, se esta pessoa deve permanecer nesta CPI. É curioso que seja justamente a pessoa que, em todas as audiências públicas desta CPI, nega o corte racial na morte de jovens negros e pobres. É justamente a pessoa que está permanentemente negando que são os negros e pobres que estão morrendo que fez um vídeo fraudulento contra mim, sugerindo uma fala racista atribuída a mim.



Então, eu peço que V.Exa., como Presidente desta Comissão, e a nossa Relatora se pronunciem publicamente em relação a isso com um comunicado à imprensa de que esse vídeo foi adulterado de maneira criminosa e que nós avaliemos se esta pessoa deve ou não continuar nesta CPI após essa atitude. Do contrário, eu não me sinto seguro para estar aqui. E digo mais: nenhuma pessoa que for chamada para esta CPI deve se sentir segura, deve se sentir segura, porque, se a Câmara dos Deputados não garante que as falas dos convidados e dos Deputados serão reproduzidas na íntegra e que não serão alvo de manipulação, a gente não vai se sentir seguro em falar nada aqui. E olha que essa manipulação partiu de um Parlamentar desta Casa.

Então, essa é a denúncia que venho trazer, e eu espero que a gente se posicione, porque os danos causados à minha imagem não são pequenos. E não é por acaso que este Deputado escolheu justo a mim, no meio de tantos membros da CPI, para fazer essa manipulação criminosa. Ele quer dar sequência a uma destruição da minha imagem pública em curso por outros Deputados nesta Casa pelo fato de eu ser homossexual assumido. Essa é a questão. O que está em jogo é isso, e nós precisamos nos posicionar. O que está acontecendo nesta Casa é muito sério, é muito sério.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, vamos lá. Primeiro, eu vou, é evidente, pedir para apurar. Vou pedir ao secretário para ver o áudio e o vídeo. É evidente que nós não vamos aceitar em hipótese alguma. Não existe a mínima possibilidade de um tema tão complexo ter recorte de falas, até porque eu mesmo já fiz várias falas, e nós precisamos compreender se não há uma abordagem seletiva na questão dos agentes de segurança pública.

A CPI é para debater, apurar, investigar, e nós temos que trazer, num debate da CPI, todos os questionamentos e ter liberdade para fazer esses questionamentos aos nossos convidados.

Então, nesse sentido, nós vamos nos posicionar na próxima reunião, na terça-feira. Aí vamos fazer um debate em relação à denúncia colocada aqui.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Pela ordem, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Major Olimpio. Depois, a Deputada Benedita.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero dizer que eu não tive conhecimento de vídeo, de recorte, mas nós temos na Casa a Corregedoria, a Comissão de Ética e esta CPI tem objeto próprio e definido para apuração de fatos que estão sendo convenientemente apurados, com depoimentos, com provas, com visitação. O próprio Deputado já falou, e, aliás, vamos deixar claro que não é comigo, ele não citou quem é o autor, mas deve ser feito por ele, que está se sentindo prejudicado pessoal e profissionalmente em relação a isso, para os órgãos da Casa que têm a incumbência da apuração de condutas de Parlamentares — se já o fez judicialmente também, é o outro foro apropriado para isso —, mas eu não concordo que deve haver posicionamento da CPI, até porque, se houve edição em relação à fala ou cortes na fala, é necessário que isso seja eventualmente “peritado”, seja verificado dentro do contexto, e isso foge das atribuições da CPI.

Se o Deputado entende por bem deixar a CPI é uma coisa. Ele se voluntariou para estar e pode sair a qualquer momento. Agora, posicionamento da CPI em relação à conduta de outro Parlamentar, se a conduta está adequada ou não, a avaliação disso é da Comissão de Ética, ou, eventualmente, da Justiça, após a manifestação daquele que se sentir prejudicado nisso. Não deve ser objeto de manifestação da Relatora, do Presidente ou de votação numa CPI com objeto específico a conduta de nenhum Parlamentar. Eu não concordo com isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos lá, por favor. Vamos lá.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, um comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos pela ordem. Pela ordem, Deputada Benedita, depois Deputado Jean...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu não pedi opinião de pessoas quanto á conduta que eu vou realizar. Eu já acionei a Justiça, vou...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Eu não estou te dando opinião, não, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos lá. Deputado, por favor, vamos encerrar. Deixa eu agradecer aqui à Ministra, só agradecer à Ministra.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu só quero deixar claro o seguinte, Sr. Presidente: eu já tomei as providências legais, cabíveis; também acionaremos os órgãos da Casa. Mas, eu volto a dizer: se as pessoas pegarem vídeos e manipularem de forma criminosa e puserem em circulação, inclusive com apoio de órgão de imprensa com que têm relação, eu não me sinto seguro de permanecer nesta CPI. Não me sinto seguro. Então, eu peço que a CPI... Ela tem obrigação de se posicionar em relação a isso, para que haja um mínimo de civilidade e de urbanidade nas relações aqui dentro. Se começarmos a manipular, fraudar documentos públicos para poder jogar a honra das pessoas no lixo, nós não vamos prosseguir, eu não vou prosseguir com essa CPI, e nós não vamos chegar a bons lugares com essa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não, espera aí, só para... Eu vou passar a palavra...

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, meu nome foi mencionado, e eu quero o direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - A Deputada Benedita vai falar, mas eu quero agradecer a presença da Ministra. Acho que foi uma excelente contribuição, extraordinária, aqui na nossa CPI. Estamos juntos, queremos contar com a senhora nesta nossa caminhada até à conclusão da CPI, e depois, lógico, no encaminhamento e nas proposições que serão apresentadas, tanto do Legislativo, com as indicações do Executivo. Mas eu quero agradecer do fundo da alma e do coração a presença de V.Exa. aqui. Obrigado. *(Palmas.)*

Quero pedir à Relatora para acompanhar a Sra. Ministra. Peço desculpas por não ir, por ter que continuar o trabalho aqui. *(Pausa.)*

Com a palavra a Deputada Benedita da Silva, depois o Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra a Deputada Benedita da Silva.



A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, diante do relato do Deputado Jean Wyllys, eu concordo que não cabe ao Presidente e à Relatora ter controle sobre o destempero de nossas falas ou em alguma manipulação evidente que qualquer um de nós possa fazer. Mas acredito que cabe, sim, a esta Comissão buscar as informações verídicas, qual é essa informação verídica, porque tudo está registrado. Pegar a fala do Deputado Jean na íntegra, passar aos órgãos desta Casa num reforço às iniciativas e ações do Deputado Jean na confirmação de que nesta Comissão em que nós nos fizemos presentes — porque também não podemos negar de que não houve essa audiência, que nós não estávamos presentes, que ele não esteve nesta Comissão e fez esta manifestação —... E aí, sim, esta Comissão tem este dever de passar aos órgãos desta Casa, que vai fazer essa investigação, a audiência desse dia para referendar, não sei qual a iniciativa do Deputado, mas para que não haja nesta Comissão mais alguém que queira tomar uma atitude dessa natureza, até porque todos nós temos a liberdade de falar o que quisermos nesta Comissão, mas sabendo que também temos que responder pelas nossas atitudes, sejam elas quais forem, e que esta Casa tem, sim, os instrumentos que nos protegem, evidente, de sofrer alguma injustiça, desgaste ou desabono da nossa conduta. Seja pelos meios de comunicação da Casa, ou particulares, nós precisamos ter, sim, aqui, o embate de ideias, acordo ou desacordo, mas as garantias necessárias de que estamos num espaço em que não vamos manipular evidentemente a fala de uma ou outra pessoa. Por exemplo, hoje, em minha fala, quando disse que os militares têm uma formação e que sua formação é de combate, eu não quis dizer que eles estão formados para sair matando todo mundo. No entanto...

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Não, a senhora falou, sim, Deputada. A senhora falou que era para matar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Delegado Eder, vamos...

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Que os policiais são treinados para matar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós vamos garantir aqui a fala da Deputada.



A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Eu não disse que eles saíam para sair matando todo mundo. Reafirmei que eles tinham uma formação e que reagiam de imediato, em sua própria defesa, porque é aquele que está em sua frente ou aquele que está se apresentando. E, por essa cultura do racismo absorvida, as pessoas não perguntam primeiro. É essa violência que se comete no racismo: a abordagem não é feita primeiro. E isso, Sr. Presidente, é uma coisa verídica, não só porque eu estou falando, mas é porque nós temos aqui, e temos apresentado. Mas é como a Deputada Erika Kokay disse. A questão do racismo e todas essas questões, é primeiro que a gente assuma. Eu não sou responsável pelo racismo, eu não sou responsável por existir o racismo. Mas eu tenho, sim, responsabilidade em não deixar perpetuar o racismo, em qualquer função que eu esteja. Então, se eu sei que a polícia usa de violência e eu não denuncio a violência da polícia, eu estou pactuando com essa ideia. E eu não vou fazer a defesa da polícia. E digo mais, Sr. Presidente: na minha família nós temos policiais na Aeronáutica, na Marinha, na Polícia Civil, na Polícia Militar e no Exército. E a maioria deles é militante, e a maioria deles compreende perfeitamente e sabe muito bem que eles já fizeram algumas abordagens que não são próprias de uma abordagem que a gente possa considerar legal diante do direito de um cidadão. Já fizemos grandes debates no interior de nossa família com relação à formação que eles têm de cidadania. Mas isso é uma outra conversa, isso é uma outra história.

Agora, não garantir, aqui, que nossas falas não sejam manipuladas... É claro que a gente tem que ter esta segurança de que passaremos aos órgãos competentes desta Casa todas as gravações e informações. E, se algum de nós se sentir ofendido, também, com qualquer intervenção que possamos fazer, e quiser entrar com alguma (*ininteligível*) de processo, que também o faça, porque também nós teremos o direito de defesa. Mas contanto que esta CPI nos garanta o direito de falar, de ouvir e de tomar também as providências, caso nos sintamos ofendidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, Deputada. Com a palavra, o Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, eu voltei a esta Comissão por dois motivos: um, como foi encerrado, lá, nós vamos votar as questões dos requerimentos; e dois, porque, como eu também, na sessão passada,



não mencionei nome de ninguém, e a pessoa teve o direito de falar, eu quero ter o direito de falar. Meu nome não foi mencionado, mas foi direcionado.

Quero dizer que eu não tenho o menor receio, Sr. Presidente. Tenho a certeza, embora eu seja novo nesta Casa — eu não tenho dois mandatos, três, quatro cinco, sou novo —, fui eleito por grande parcela desta população para defender a família, defender o cidadão de bem, e não para destruir a família. Então, eu não tenho receio de ser acionado pela Justiça, não tenho receio de ser acionado pelo Conselho de Ética desta Casa. Sei que, na reunião da CPI que está sendo instada aqui eu não faltei em nada com as coisas que têm que ser tratadas aqui. Então, se houver comportamentos com os quais possa alguém estar se sentindo ofendido, que procure os meios legais. Não aqui, a Comissão, a CPI que está apurando.

Detalhe: não tenho o menor receio do que eu disse, até porque o vídeo não retrata nada que possa estar fora do que foi falado. O que está no vídeo é o que eu falei e o que o Deputado falou, única e exclusivamente. E, como disse a Deputada Benedita da Silva, nós temos aqui a liberdade de falar o que quisermos, e vamos responder por aquilo que nós falamos, como também vamos ter as consequências, lá fora, dos nossos posicionamentos aqui. Se eu falar algo, aqui, que lá fora possa repercutir mal para mim, eu tenho que arcar com essa situação. Então, se eu falo aqui sobre determinada profissão, sobre determinada classe, eu estou assumindo o risco de ficar mal visto por essa classe.

(Não identificado) - Isso é ameaça?

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Ameaça? Que ameaça?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Sr. Presidente, eu peço que seja respeitado o posicionamento do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos lá.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Que ameaça? Tudo que se fala aqui, Sr. Presidente, fica gravado. Gravado e filmado. Gravado e filmado. Eu procuro ter o maior cuidado no que eu falo para que eu não tenha que pecar lá fora com as consequências. Tudo o que a Deputada Benedita da Silva falou ainda há pouco nesta Comissão está gravado, e eu já tenho o vídeo. O meu e o dela. O meu e o dela.



E eu ouvi perfeitamente que os policiais são preparados para matar. Foi o que eu ouvi. E está gravado. Então, Sr. Presidente, não tenho receio. Aqueles que se sentirem ofendidos — e se foi por mim — que representem no local competente desta Casa e me acionem pela Justiça. Não tenho o menor receio. Mas não deixarei de defender a família brasileira e os bons costumes da família brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos lá. A próxima é a Deputada Erika Kokay e depois a Deputada...

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Eu vou realmente precisar sair, e não gostaria de travar este debate. Mas quando ele disse que ele vai fazer, ele vai tomar essa atitude, eu acho que o Deputado está certo. Ele está se sentindo ofendido, agredido pelas minhas palavras. Eu acho que ele está certo. Mas eu também, como ele colocou, não tenho medo, não é? Primeiro, eu não tenho medo de ameaças (*palmas*) e acredito que o que eu pude falar, eu acredito que eu possa ter respaldo jurídico e proteção inclusive desta Casa, para que eu possa ser uma cidadã livre e dizer aquilo que eu penso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu fico com muito temor do que pode vir a acontecer nesta Casa, porque nós aqui estamos para defender ideias, ideias que nem sempre são as mesmas, e essa é a essência do Poder Legislativo, que é o poder plural, ele é plural. Se ele não for plural, ele não cumpre a sua própria função.

Mas o que nós não podemos admitir é a falta de honestidade intelectual, é que as pessoas, porque têm argumentos parcos, porque têm argumentos rotos, tenham que se utilizar da adulteração da fala do outro, para poder justificar o seu próprio racismo e justificar a sua própria falta de capacidade de fazer uma discussão dentro dos princípios democráticos.

Isso é herança da ditadura, isso é feito por aqueles que pensam que podem adulterar a fala do outro e que, a partir dessa adulteração, estarão imunes ou estarão envoltos no manto de uma impunidade assegurada pela força.



Esta Casa não pode permitir que as discussões se deem nesse nível. Sr. Presidente, seria muito importante que nós tivéssemos uma posição da Presidência desta Comissão, na perspectiva de que nós não permitamos que isso aconteça.

Eu penso que o Deputado Jean Wyllys tem toda a possibilidade e o direito de recorrer a instâncias judiciais, mas é muito importante que esta Comissão assegure a honestidade das falas, que esta Comissão possa resgatar a fala do Deputado Jean Wyllys, quando ele diz que é o imaginário, que há um imaginário na polícia, que a polícia trabalha com o imaginário de considerar que os jovens negros são mais violentos e agressivos do que os jovens brancos. Essa é a fala, a fala está resgatada.

Nós temos aqui notas taquigráficas que retratam a fala. Eu não posso cortar essa fala pela metade, com o sentido deliberado doloso, porque isso é dolo, desqualificar alguém e impor a fala a uma pessoa, a um Parlamentar, que não foi dita ou que foi descontextualizada.

Eu e o Deputado Jean Wyllys já sofremos isto aqui nesta Casa, a adulteração de um projeto nosso e a descaracterização desse projeto, na perspectiva de fazer o embate de ideias.

Embate de ideias não se faz assim, embate de ideias não se faz com desonestidade, embate de ideias não se faz com a força bruta, embate de ideias se faz expondo as ideias, inclusive discutindo conceito de família. Nós defendemos a família, ninguém mais do que nós defende a família, a família amorosa, a família afetiva, a família que cuida, a família que acolhe.

E por isso, quando se fala que defendem os bons costumes, eu digo que nós defendemos o direito das pessoas de serem amadas e serem felizes. *(Palmas.)* Nós defendemos o direito de todos os seres humanos viverem a sua humanidade, nós defendemos uma sociedade que não tenha racismos, nós defendemos uma sociedade em que não se ache que o racismo é natural e que não há racismo, que não há racismo nas políticas públicas, porque negar o racismo é perpetuá-lo, porque aí você não identifica as expressões racistas na nossa sociedade.

Então, eu sugiro a V.Exa. que esta Comissão resgate as notas taquigráficas e as imagens e que se tornem públicas essas notas taquigráficas a bem da verdade.



Aqueles que se acostumam muito a calar, aqueles que se acostumam com as botas e baionetas tendem a achar que são donos da fala do outro, que podem adulterá-la e podem disseminar uma mentira, ao adulterar essa fala, e que o Deputado, em nome da honestidade intelectual, em nome dos costumes, porque os costumes pressupõem honestidade, os costumes pressupõem que as pessoas não sejam levianas e não sejam mentirosas, que, em nome disso, também possa contextualizar e resgatar e divulgar a fala na íntegra do Deputado Jean Wyllys.

O Deputado Jean Wyllys se posicionou contra uma lógica que move a própria polícia, que é uma lógica de um imaginário de agressividade e de considerar que negros são potenciais pessoas em conflito com a lei, e essa fala foi desvirtuada para poderem emitir o seu contrário.

Por isso, Sr. Presidente, acho que esta Comissão não pode permitir isso, porque aí tem razão o Deputado Jean Wyllys e a Deputada Benedita da Silva, nós vamos aqui não ter mais liberdade para falar, porque a nossa fala pode ser fragmentada e pode ser vergada pela mentira, pela pobreza e pelo racismo, porque isso é racismo. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O Deputado Major Olímpio já fez uso da fala.

Primeiro, quero dar publicidade às diversas intervenções na íntegra. Isso no próprio sistema de tecnologia da Casa já está preservado. O que nós podemos de fato fazer, enquanto Presidente da CPI, é novamente divulgar e colocar no portal da CPI a íntegra dos debates que foram colocados aqui.

Outra questão também que nós podemos fazer é encaminhar as falas para os órgãos competentes, assim como colocou o próprio Major Olímpio, do ponto de vista da Presidência da Câmara. E, por último, não cabe também nós pedirmos para um ou outro Deputado, Deputado Jean, se desligar, porque a indicação é prerrogativa dos partidos políticos. Então, não temos como fazer. Então, eu acho que é isso.

O que eu imagino é que nós precisamos, e isso quando estamos defendendo reeducar para este debate sobre segurança pública porque, de fato, é muito tensionado, o que repete aqui, isso ocorre em todos os Municípios quando abrem



esse debate para a sociedade. Por isso, estamos trabalhando para esse modelo compartilhado e essa obrigação.

O que nós precisamos, de fato, é buscar aqui ter total tolerância às diversidades de pensamento. E respeitá-los também. É evidente que a opinião principalmente onde há muitos conceitos, se fragmentamos, prejudica — e aí tenho que concordar — o pensamento da intervenção do Parlamentar. Ele fica, e poderá ser rotulado, porque a parte não garante o todo, porque, ao descontextualizar uma intervenção, a imagem do Parlamentar é prejudicada. De fato, eu não conheço o vídeo, não conheço a produção. Pedi à Secretaria, vou olhar e vamos conversar na terça-feira.

Em minha opinião, uma posição minha pessoal e política, é evidente que, após conhecer os vídeos, eu vou me posicionar. Eu me posiciono politicamente a partir de qual foi a intervenção total dos Parlamentares desta CPI. Eu garanto, é evidente, essa questão que a Deputada Erika Kokay falou da posição intelectual da intervenção do Deputado.

Eu queria encerrar a nossa audiência de hoje, convocar reunião para a próxima semana, na terça-feira. É evidente que este debate vai continuar. Não vamos deliberar os requerimentos, porque eu acho que já estendemos muito a reunião, e, na próxima terça-feira, às 14h30min, nós vamos...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, só uma dúvida, então, as providências que a CPI tomará são: disponibilizar a íntegra da fala nos espaços da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim, no portal e-democracia.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - E encaminhar aos órgãos competentes da Casa, porque nós já temos a íntegra, a minha fala na íntegra já está comigo, assim como o vídeo fraudulento divulgado, que já encaminhei à Justiça. Eu só quero saber se as providências serão essas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Infelizmente, a gente vai ter que conviver com essa sombra aqui, porque, depois dessa fraude, nada assegura que não vão haver outras, até porque, diante da fala da Deputada Benedita da Silva, já



houve uma ameaça velada de que isso pode haver e houve inclusive uma ameaça velada em relação ao que a gente fala aqui e as consequências lá fora.

Eu quero também me somar à Deputada Benedita da Silva e dizer que eu não tenho medo de ameaça e já deixo claro que qualquer coisa que venha a acontecer comigo, as pessoas já sabem onde bater na porta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Major Olimpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, eu não vi nenhuma ameaça, de qualquer natureza, feita ao Deputado Jean Wyllys.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Já virou ameaça também?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Se o problema é fazer esse tipo de manifestação para fazer o papel do coitadinho, não dá. Todos os atos aqui que estamos falando são mais do que abertos. O Deputado Jean Wyllys até se posicionou que ele vai deixar a CPI. Eu espero até que isso aconteça mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos lá, Deputado. Não vamos fazer interpretação.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Até porque, Presidente, V.Exa. tem conduzido com extremo esmero e isenção esta CPI e deve fazer o encaminhamento da degravação e do material ao órgão competente. Se houve qualquer manipulação de imagem, não é da competência desta CPI, de V.Exa. ou do Relator, nem pode ser objeto aqui de apreciação. Quem? A Casa pode tomar uma medida, sim. Agora, a CPI tem um objeto próprio, mas tentar desvirtuar as circunstâncias, ao dizer que houve ameaças... A Deputada fala das botas, das baionetas, como se fosse me ofender. De forma alguma isso me ofende. Pode ficar tranquila que nós estamos aqui da mesma forma democrática de V.Exa. e deve ser respeitado isso e, no voto. Nós vamos manifestar a vontade da população brasileira em todas as circunstâncias. Esse coitadismo, essas coisas: *"Ai, nós defendemos..."* Tudo bem, a população está esperando outras respostas. Com todo respeito, mas tentar colocar essas circunstâncias, as botas e as baionetas que V.Exa. fala o tempo todo... Não há conversa de botas e baionetas. O que há é a defesa intransigente da sociedade. Foram 180 mil pessoas que me colocaram aqui; o Deputado Eder, 270. Nós vamos



representar essas pessoas e não vamos: “Ai, eu vou deixar a CPI.” Não vou deixar, não. Nós vamos estar aqui o tempo todo para debater com argumentações.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Debata com honestidade.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Deputada, eu debato com honestidade. Que V.Exa. também se posicione dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Major Olímpio, vamos...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, nas minhas falas, eu não mencionei ninguém. Eu disse que...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Eu acho que se V.Exa. não tomar uma providência, vai ocorrer outro debate inadequado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós combinamos, na semana passada, que iríamos permitir a réplica, não a tréplica.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Exatamente, o que foi feito comigo lá na Comissão. Eu também não mencionei o nome de ninguém, e tiveram o direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Mas eu tenho dado direito a todos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Exatamente, V.Exa. me deu. E agora vai ter a tréplica?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não vai ter.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós vamos declarar encerrados os trabalhos de hoje. Na próxima reunião, terça-feira, nós vamos ter audiência pública e deliberação de requerimentos.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sr. Presidente, V.Exa. é Presidente desta CPI, então, não deve acatar ordens nem gritos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim. Lógico.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Já estou acostumado com esse discurso de vocês. São 30 anos, meu pai foi militar. Eu estou acostumado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Declaro encerrados os trabalhos e convoco reunião para a próxima terça-feira, às 14h30min, com deliberação de requerimentos e audiência pública.

Muito obrigado.